



PROFHISTÓRIA

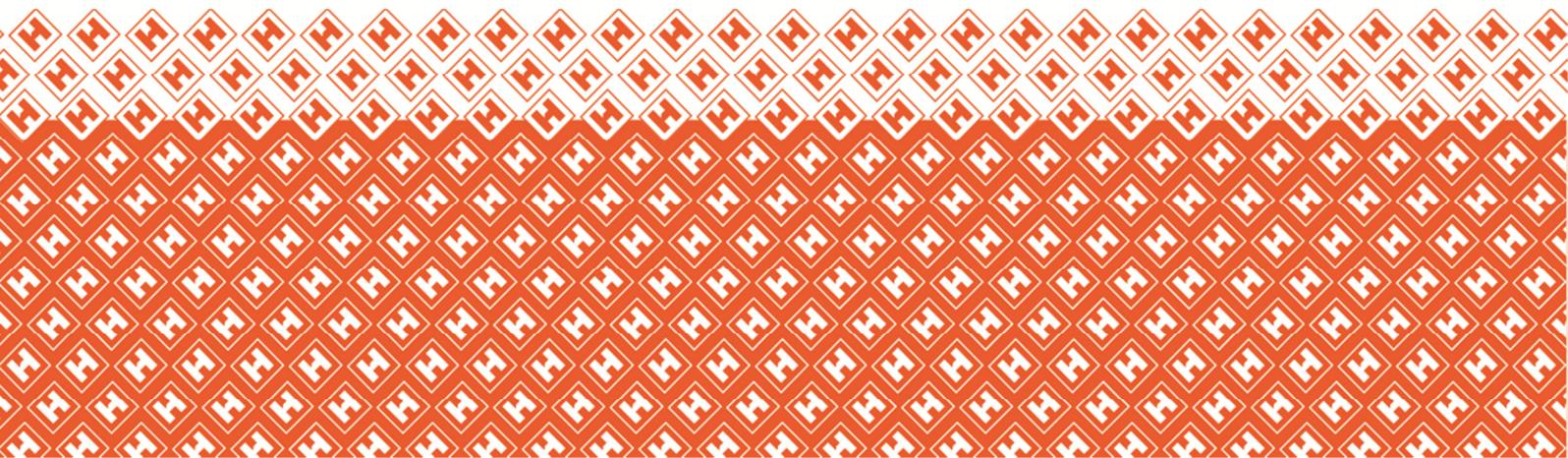
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

IGOR FAGUNDES

A história do índio Antônio Felipe (Poti) Camarão

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

SETEMBRO / 2016



Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PEH

Mestrado Profissional em Ensino de História

A história do índio Antônio Felipe (Poti) Camarão

por

Igor Pereira Fagundes

ORIENTADORA: Profa. Dra. Larissa Viana

Niterói

2016

IGOR PEREIRA FAGUNDES

A história do índio Antônio Felipe (Poti) Camarão

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Larissa Viana (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. Keila Grinberg

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Paulo Knauss

Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Jorge Victor Araújo (Suplente)

Universidade Federal Fluminense – UFRJ

Niterói

2016

SUMÁRIO

RESUMO	p. 4
ABSTRACT	p. 5
APRESENTAÇÃO	p. 6
PRODUTO	p. 18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 85
REFERÊNCIAS	p. 86

Resumo

O trabalho se apresenta sob a forma de um produto, um livro dirigido ao público escolar e geral, cujo tema central é a análise da história do indígena Antônio Felipe Camarão. O objetivo central do trabalho é compartilhar e gerar conhecimento sobre a temática indígena a partir de reflexões mobilizadoras, despertadas pela trajetória docente do autor e pelas reflexões propiciadas pelo Profhistória. A proposta é colaborar com a implementação da Lei nº 11.645/08, que torna obrigatória a temática indígena no currículo das redes de ensino público e particular. Nesse sentido, deseja-se contribuir com a produção de material destinado ao ensino e reflexão sobre a temática dos povos indígenas a partir da trajetória de Antônio Felipe Camarão nas guerras pernambucanas do século XVII.

Palavras-chave: Brasil Holandês – Felipe Camarão – Índios – Ensino de História.

Abstract

This dissertation is presented in the form of a product, a book aimed at the school and general public, whose central theme is the analysis of the history of the indian Antonio Felipe Camarão. The central objective is to share and generate knowledge about indian history, from a perspective inspired by the teaching trajectory of the author and the reflections offered by Profhistória. The proposal is to collaborate with the implementation of Law No. 11.645 / 08, which mandates the teaching of indian history in the curriculum of public and private school systems. In this sense, we want to contribute to the production of material for the teaching and reflection on the theme of indigenous peoples considering Antonio Felipe Camarão trajectory in Pernamabuco wars of the seventeenth century.

Keywords: Dutch Brazil - Felipe Camarão - Indians - History Teaching.

Apresentação

Um livro em construção: *A história do índio Antônio Felipe (Poti) Camarão*

O trabalho final de um curso de Mestrado Profissional em Ensino de História pode ter variados formatos, colocando-nos diante do desafio de realizar algumas escolhas e assumir caminhos que se pretendem inovadores. Foi esta a intenção deste trabalho, que se apresenta sob a forma de um produto, um livro dirigido ao público escolar e geral, cujo tema central é a análise da história de Felipe Camarão. O objetivo central do trabalho é compartilhar e gerar conhecimento sobre a temática indígena a partir de reflexões mobilizadoras, despertadas por minha trajetória docente e pelas reflexões propiciadas pelo Profhistória. A proposta é colaborar com a implementação da Lei nº 11.645/08, que torna obrigatória a temática indígena no currículo das redes de ensino público e particular. Nesse sentido, deseja-se reforçar o objetivo da lei, que pretende possibilitar o respeito dos brasileiros aos povos indígenas e o reconhecimento das sociodiversidades no país.

Pretende-se contribuir para a inserção da temática indígena nas discussões escolares, reconhecendo o direito à memória desses povos, que, através das suas mobilizações, conquistaram, nas últimas décadas, considerável visibilidade como atores sociopolíticos. Esse fato vem exigindo discussões sobre a implantação de políticas públicas que respondam às suas demandas por direitos sociais específicos.

No entanto, é importante constatar que a promulgação da lei 11.645/08 altera a lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional¹. Essa alteração é fruto das demandas dos povos indígenas que reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos. Esse novo cenário político é resultado da organização e mobilização de diferentes movimentos sociais, que lutam para promover a necessária valorização das matrizes sócio-culturais que fizeram do Brasil um país plural e múltiplo.

Recorrendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 10 de março de 2004, verifica-se

¹ A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já havia sido modificada pela publicação da Lei 10.649/03, que estabelece o ensino da “História da África e da Cultura Afro-Brasileira”.

um conjunto de dispositivos legais indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da avaliação crítica das relações étnico-raciais nas escolas.

Uma das propostas das Diretrizes é o trabalho com personagens negros da história do Brasil e mundial, como por exemplo, Luiz Gama e Nelson Mandela, para incentivar a autoestima das populações afrodescendentes. Entretanto, apesar de elas mencionarem mais de 30 personagens negros, os indígenas foram “esquecidos”, sendo um aspecto motivador para ser escolhido como tema deste trabalho.

Esse cenário de esquecimento dos personagens indígenas foi o fator determinante para a realização da pesquisa que resultou no produto final aqui apresentado. A partir da minha experiência como professor nas redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, pude comprovar, ao longo de oito anos no magistério, que a temática indígena é pouco abordada nas escolas. Meus discentes desconhecem totalmente quem foi o índio Felipe Camarão e, ainda, reproduzem certos estereótipos que predominaram na escrita da história do século XIX e parte do XX, em especial, presente nos livros didáticos.

O trabalho proposto insere-se na perspectiva de contribuir com a Lei 11.645/08 e teve como objetivo a elaboração de um livro acerca do personagem indígena Felipe Camarão, ora apresentado no formato digitalizado e físico, mas ainda na fase experimental, destinado ao público em geral, mas principalmente aos estudantes do Ensino Médio.

É importante salientar que, inicialmente, o produto foi pensado para o público escolar. Entretanto, ao longo das etapas seguidas para a realização do livro, a ideia foi ampliar o público-alvo, sendo assim, a escrita desse trabalho passou a ser dedicada ao público escolar e geral.

Felipe Camarão: justificando uma escolha

O trabalho com um personagem indígena pode contribuir com as diretrizes curriculares e gerar novos olhares sobre os índios no espaço escolar. A Lei 11.645/08 pode desencadear mudanças no paradigma eurocêntrico predominante na história ensinada no Brasil, no diálogo entre o ensino e a revisão da historiografia voltada

para a história indígena e nas escolhas dos sujeitos históricos, apresentados aos jovens de hoje como protagonistas ativos da história da sociedade à qual pertencem.

É nessa perspectiva de debates, diálogos e trocas de experiências que será possível conhecer melhor os caminhos trilhados para a implantação de estudos escolares que valorizem a história indígena. Daí a relevância da proposta de um livro sobre o personagem, justamente para fomentar nas redes públicas um olhar mais cuidadoso sobre os índios no Brasil.

A importância da produção de um livro que aborde um personagem indígena busca superar desinformações e equívocos, que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas. Além disso, o estudo das trajetórias de personagens indígenas pode descortinar novos horizontes para a história desses povos nativos e para a própria história colonial.

O tema surgiu da minha participação como bolsista de iniciação científica do projeto “Conflitos religiosos e metamorfoses culturais no Brasil holandês (1630-1654)” desenvolvido pelo pesquisador Ronaldo Vainfas, na Universidade Federal Fluminense. A pesquisa, realizada entre 2003 e 2005, tinha como principal objetivo ampliar o estudo sobre período holandês no Brasil, analisando o intenso processo de intercâmbio cultural e tensões religiosas que marcaram o Pernambuco holandês, além de verticalizar a análise de certos processos e personagens do período.

Entretanto, o interesse inicial, por ocasião desta pesquisa, estava centrado na índia Clara Felipe Camarão, esposa de Felipe Camarão. Segundo as crônicas da época, por seus feitos corajosos, ela gozou de regalias do título de “Dona”. Conforme o Dicionário das Mulheres do Brasil², ela também recebeu a comenda de hábito de Cristo, privilégio masculino, mas isso não foi confirmado com o avanço das pesquisas. Foram justamente as dificuldades de obter informações sobre a Clara Camarão que geraram a mudança no personagem a ser analisado. Assim, começou meu interesse no estudo sobre Dom Antônio Felipe Camarão.

O personagem indígena Felipe Camarão desempenhou um papel importante nas guerras pernambucanas da América Portuguesa no século XVII, tanto nas guerras de resistência como na Restauração. Por isso, foi apropriado pela memória da restauração pernambucana e enaltecido pela historiografia dos séculos XIX e XX, transformando-se em herói do panteão nacional.

² SCHUMA, Schumacher. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

Pertencente ao grupo dos potiguares, o índio viveu em uma missão jesuíta, onde foi doutrinado de acordo com a fé católica, pôde aprender português e algumas noções de latim. Ao que tudo indica, ele surpreendia a muitos por falar com desenvoltura, mostrar boas maneiras e por ser muito religioso.

A importância da guerra contra os holandeses na historiografia brasileira do século XIX foi sublinhada por muitos autores do período. Nesse episódio, com efeito, convergem todos os ingredientes do romance nacional que se tenta escrever. Contra o “invasor” estrangeiro, o sentimento patriótico mobiliza as “três raças”, e as incita ao heroísmo. Essa moral é resumida pela primeira batalha dos Guararapes, em que se distinguiram as figuras de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias.

O historiador Francisco Varnhagen foi o expoente da historiografia oitocentista no Brasil. Sua obra é marcada pelo histórico que fez da colonização portuguesa, exaltando a postura do poder metropolitano. Teve muito mais sensibilidade e receptividade para o colonizador que para com o colonizado, como se evidencia por sua condenação a todos os protestos ou rebeldias contra a metrópole. O historiador não fica a favor do índio que não se submete às tentativas de “civilização”, nem do negro que foge e se une aos seus, fazendo quilombos. Ele também tem palavras acres para toda desobediência às autoridades portuguesas. Condena as conspirações, como no caso dos conjurados mineiros de 1789, e mais ainda dos baianos em 1798. E sobre a Revolução de 1817, considera-a deplorável e incompreensível.³

É importante percebermos que este historiador foi influenciado pelas doutrinas raciais que estavam sendo difundidas na Europa no século XIX e que logo chegaria ao Brasil. Segundo a doutrina dominante neste tempo, a humanidade era composta de uma única espécie, mas que, apesar disso, apresentava a capacidade de aperfeiçoar-se através de uma evolução realizada numa direção que a conduziria a uma superioridade física e mental sintetizada na “civilização” branca e europeia⁴.

Entretanto, como aponta a historiadora Lilia Schwarcz, “ser civilizado” – ou seja, ter a característica do mais alto grau de evolução humana – não é algo que esteja a alcance de todos os seres humanos, na visão dos homens daquele século. E

³ IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p. 82.

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma história de “diferenças e desigualdades”. As doutrinas raciais do século XIX. In: *O espetáculo das raças: cientistas sociais e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993, p.43-66.

isso fica mais claro quando, no início do século XIX, o termo “raça” ganha novos sentidos, segundo Schwarcz, inaugurando “a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”. A partir deste conceito, tanto os atributos de caráter físico como os de personalidade passam a ser entendidos como elementos determinados biologicamente”⁵.

Por isso Varnhagen, ao falar dos índios, refere-se a eles, entre outras formas, como “ferozes assassinos”. Quanto ao negro, chama-o de “bárbaro aquilombado”. É notório que o historiador Francisco Varnhagen nunca teve simpatia pelo índio, nem pelo negro. Todavia o historiador, de forma surpreendente, trabalhou com etnografia e linguística americana, contribuindo nos estudos sobre os costumes e crenças dos tupis.⁶

Embora a visão de Varnhagen sobre os índios seja racista e hierarquizada, com relação ao chefe potiguar, ele tem um posicionamento diferente, já que reconhece a importância do índio potiguar nas guerras holandesas. Vamos verificar dois fragmentos de seu livro, a *História das lutas com os holandeses no Brasil*, que comprovam essa valorização específica, todavia ele não deixa de inferiorizar os outros índios.

“Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim, deve abismar-nos a magia da educação que ministrada, embora a força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, que pode conseguir um cidadão útil a si e à Pátria.”

*“Quanto ao Camarão, devemos dizer que ele cumpriu o seu mandato muito além do que se podia esperar. Desde que se apresentou como vencedor, grande número de índios que estavam com o inimigo, com essa fidelidade flutuante comum a todo povo bárbaro, segundo já reconhecia a antiguidade, abandonaram-no e prestaram obediência ao mesmo Camarão, que, com seu auxílio, conseguiu dominar todo o sertão do Norte, chegando até os confins do Ceará”.*⁷

Em suma, o mito formulado por Varnhagen, sobre a união entre as três raças, contribuiu de forma decisiva para a valorização do índio Camarão e do negro

⁵Idem. p. 47.

⁶Idem. p. 82.

⁷ VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1654*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002. p. 224.

Henrique Dias. Esta seria uma das razões o personagem Felipe Camarão ser mais amplamente conhecido. Não há dúvidas de que constitui um herói nacional, mesmo que seja, na maioria das vezes, apenas lembrado quando remetido ao triunvirato restaurador das três raças.

Felipe Camarão e o Ensino de História

Na escrita da História que por gerações chegou aos manuais didáticos, os índios, muitas vezes, mereceram atenção acanhada, aparecendo como atores coadjuvantes, agindo sempre em função dos interesses alheios. Como enfatiza a historiadora Maria Regina Celestino⁸, eles não agiam, apenas reagem a estímulos externos, sempre colocados pelos europeus. É dessa forma que os índios são abordados, a grosso modo, por uma historiografia consolidada, que vem do século XIX e que influenciou a produção dos manuais didáticos.

As relações de contato entre os índios e a sociedade ocidental eram vistas como simples relações de dominação imposta aos índios, de tal forma que não lhes restava margem de manobra alguma, a não ser a submissão passiva a um processo de perdas culturais progressivas, que os levaria à descaracterização e à extinção étnica.

Contudo, a partir de uma nova abordagem sobre a vivência no mundo colonial, é possível desmontar alguns estereótipos sobre as relações de aliança e colaboração dos índios com os europeus. Os povos indígenas não estavam na América à disposição dos colonizadores, nem com eles colaboraram por ingenuidade, como parece. Ao contrário, responderam ao contato de acordo com suas próprias motivações, ligadas à dinâmica de suas organizações, que igualmente se modificavam ao decorrer do processo histórico.⁹

Em relação às abordagens pedagógicas, sabemos que estas dialogam com os contextos históricos e com a historiografia de seu tempo. Assim a ampliação da história social do Brasil e a Lei 11.645/08, que instituiu a obrigatoriedade do ensino

⁸ ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003.

⁹ ABREU, Martha. SOIHET, Rachel (orgs). Op cit. p. 29.

da História e das culturas indígenas, podem modificar esse quadro que secundariza os índios no ensino de História.

A efetivação dessa Lei, além de mudar antigas práticas pedagógicas preconceituosas, favorecerá novos olhares para a História e a Sociedade. A escola é um *locus* onde a Lei poderá viabilizar espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa, baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes.

Nos últimos anos, historiadores e antropólogos têm discutido, questionado e ampliado o conceito de identidade, associando-o à ideia de pluralidade cultural e contribuindo para valorizar alguns temas e sujeitos sociais negligenciados em nossa historiografia. Estudos sobre negros, índios, populações migrantes e relações de contato entre os grupos mais variados ganham novas dimensões, quando analisados à luz das recentes abordagens interdisciplinares da história e da antropologia.

A história cultural constitui o principal ponto de encontro entre as duas disciplinas, campo no qual a fronteira entre elas torna-se tênue ou até desaparece em abordagens interdisciplinares, que, em nossos dias, tendem a se ampliar e a enriquecer nosso conhecimento sobre os mais diversos povos e suas complexas relações socioculturais. A noção de cultura como produto histórico, dinâmico e flexível conduz a novas abordagens sobre relações de contato que, priorizando as ideias de apropriação e ressignificação cultural, questionam e complexificam o conceito de aculturação.¹⁰

Mas é importante lembrarmos da influência do regime de historicidade presentista neste trabalho, mesmo evidenciando que o ensino de história já vinha passando por mudanças, convergindo a seu favor teorias da educação, teorias da história, políticas governamentais e demandas sociais geradas em função das transformações políticas, sociais, culturais, tecnológicas e econômicas, que se processam mundialmente, desde os anos 1970 do século passado.

Um dos historiadores mais respeitados acerca do tema, o francês François Hartog, em seus estudos sobre as formas de os homens se relacionarem com o tempo, trabalha com a hipótese de que a queda do muro de Berlim, em 1989, representa uma

¹⁰ ABREU, Martha. SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003. p. 25.

data simbólica na quebra do regime moderno de historicidade, que teria começado por volta do século XVIII¹¹.

O historiador francês cunhou a expressão “regimes de historicidade” para nomear os diferentes modos de articulação das categorias de presente, de passado e de futuro. Conforme a ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a vivência do tempo não é a mesma. O regime de historicidade não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico¹².

Uma contribuição de extrema importância na discussão do tempo presente é o livro “Futuro Passado”, do célebre historiador Reinhart Koselleck, responsável por interessantes concepções sobre a relação entre Tempo e História, bem como sobre as mudanças constantes na sensibilidade coletiva diante do Tempo. Para Koselleck, o tempo histórico é produzido pela distância criada entre o campo da experiência, de um lado, e o horizonte da expectativa, de outro: ele é gerado pela tensão entre os dois lados¹³.

Para esse autor, essas duas categorias (campo de experiência e horizonte de expectativa) são percebidas como uma possibilidade teórica, uma condição do pensamento histórico¹⁴. Desse modo, elas exercem mais uma função discursiva na escrita da história do que correspondem a conteúdos específicos. É essa tensão que os regimes de historicidade se propõem a esclarecer, segundo Hartog.

Os regimes de historicidade se diferenciariam, assim, em função do sentido atribuído à articulação entre essas duas categorias. Em termos gerais, pode-se afirmar que o regime de historicidade antigo se caracteriza pela preponderância do passado, da *historia magistra vitae*, enquanto o moderno, pela forte marca do futuro, momento em que as lições da história são dirigidas ao porvir, entendido como melhor. No entanto, quando essa forma de articulação apresenta sinais de desestabilização, como em nossa contemporaneidade, o novo regime que se instaura não reclama mais o passado ou o futuro como atributos hegemônicos, mas o próprio presente.

Portanto, temas como identidade de gênero, etnicidade, dever de memória, patrimônio, entre outros que se impuseram como objetos privilegiados da agenda do

¹¹ HARTOG, François. “Tempos do Mundo, História, Escrita da História”. In : GUIMARÃES, M. L.S. (Org.). *Estudos sobre Escrita da História*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

¹² HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 37.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

¹⁴ Idem. p. 308.

historiador, demarcam o regime de historicidade presentista. A própria aprovação da lei 11.645/08 é uma resposta do Estado às demandas sociais e mobilizações dos grupos indígenas nesse tempo presentista.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais, para o ensino de história da cultura afro-brasileira e africana, documentos na área de educação, estabelecem uma relação entre a ideia de pluralidade cultural e a política de patrimônio cultural no Brasil. Esses documentos reconhecem a diversidade cultural como um direito e como elemento de fortalecimento da democracia e do combate ao racismo¹⁵.

É a partir desses elementos que norteiam a historiografia desde as últimas décadas do século XX, que observamos a emergência da Lei 11.645/08, consequentemente a “questão da diferença” passou a ocupar o centro dos debates políticos e científicos, sendo decisiva para o aumento significativo de demandas de identidades no Brasil. Com isso, a análise de um personagem indígena dentro dessas referências de identidade, memória e do papel do indivíduo na história são fundamentais para contribuir com um novo olhar sobre a história indígena.

Pensando especificamente no personagem Felipe Camarão, vê-se que ele é um exemplo clássico de um índio aldeado, sendo esta uma referência ao livro *Metamorfozes indígenas*, da autora Maria Regina Celestino de Almeida¹⁶. Trata-se de um índio integrado à colonização, não se diluindo nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da Colônia. Este índio era súdito do rei e essa posição lhe possibilitava solicitar mercês. Consequentemente, estava na posição mais valorizada pelos índios aldeados no mundo colonial, o que demonstra reconhecimento e apropriação dos valores do novo mundo onde atuavam.

Portanto, este trabalho analisa as relações de contato interétnico, através de uma perspectiva interdisciplinar, aproximando a história da antropologia. No entanto, ao observar as aldeias indígenas na Colônia, estas podem ser vistas como espaço de interação entre grupos sociais étnicos diversos, nos quais os índios aprendiam novas práticas culturais e políticas por eles reelaboradas, a partir de seus próprios valores e tradições e de acordo com as necessidades que se lhes apresentavam. A partir da

¹⁵ GONTIJO, Rebeca. “Identidade nacional e ensino de História: a diversidade como patrimônio sociocultural”. In: Martha Abreu; Rachel Soihet. (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.53-79.

¹⁶ ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003.

perspectiva sugerida por Maria Regina Celestino, minha inspiração na elaboração do livro, apresentado como produto final do Mestrado Profissional em Ensino de História, foi a de construir um texto que recuperasse as imagens dos índios como agentes de suas histórias.

Algumas palavras sobre o produto

O livro tem 64 páginas de miolo, nas medidas 17 x 64 cm; capa (título e nome do autor); contracapa; linha do tempo; a redação de uma narrativa didática contendo: apresentação, quatro capítulos, conclusão, glossário, referências (lista das obras, documentos, artigos e outros textos que serviram de base para a redação do mesmo) e agradecimentos.

Na elaboração do livro, a grande preocupação era ter uma linguagem clara, adequada ao nível escolar dos estudantes/leitores e do público em geral. Com isso, na apresentação, busquei explicitar o tema, situá-lo no tempo (época) e no espaço (lugar) para facilitar sua compreensão, daí o uso de mapas, linha do tempo e boxes explicativos, além de um glossário de conceitos históricos e palavras.

A importância da produção de um livro representa um esforço de transformar o ato de ler e de pensar em uma rotina comum dos estudantes da educação básica. Tornar a leitura popular e democratizar o acesso ao livro, propiciando a troca de ideias e o debate sobre a realidade, precisa ser uma meta incluída em todos os movimentos que envolvem a educação brasileira.

Além disso, realizar um trabalho sobre um personagem indígena, como produto de um mestrado profissional em Ensino de História, é justamente ter professores da rede pública que atuam na educação básica dialogando com a Lei 11.645/08, que surgiu através de demandas sociais fora dos muros da escola, mas que, através do ProfHistória, pode gerar novos olhares sobre a temática indígena dentro da escola.

O plano de redação do livro contemplou quatro capítulos: o primeiro, sobre a história dele e a dos familiares; o segundo busca compreender os conflitos entre os potiguares; o terceiro analisa a trajetória de Felipe Camarão nas guerras pernambucanas; o último procura retratar o imaginário do índio na Restauração Pernambucana.

No primeiro capítulo, o objetivo foi analisar a história de Felipe Camarão. Uma discussão importante que norteou a figura de Camarão foi a sua naturalidade. Os historiadores divergiam em relação ao seu local de nascimento. A polêmica era tão grande que foram escritos vários artigos acerca do assunto na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. É interessante, pois através da leitura dessas revistas, pode-se perceber uma disputa em torno da memória desse índio.

Outro ponto importante do capítulo é perceber a relação de Camarão com a Família. A mesma teve participação nas guerras holandesas, alguns membros receberam, inclusive, mercês de ordens militares, como o próprio Camarão, o que indica o reconhecimento destes nas guerras. O objetivo desta análise é reconstruir, em linhas gerais, a trajetória dos familiares do índio potiguar nas guerras pernambucanas.

No segundo e terceiro capítulos, pretendeu-se analisar os conflitos entre os potiguares e a participação do personagem indígena Felipe Camarão nas guerras pernambucanas do século XVII, na América Portuguesa. As citações de fontes históricas foram fundamentais para a narrativa histórica, como as “cartas tupis”, nas quais podemos perceber os conflitos entre os índios potiguares, verificando que uns apoiavam os holandeses, e outros, os portugueses.

O livro foi construído com inúmeros *boxes* explicativos sobre o período holandês, buscando facilitar a compreensão do contexto histórico em que o índio Felipe Camarão está inserido. Além disso, o uso de imagens das guerras luso-holandesas e os mapas foram instrumentos importantes na construção deste material.

O último capítulo analisa como o índio Felipe Camarão foi apropriado pela memória da restauração pernambucana e enaltecido pela historiografia dos séculos XIX e XX, transformando-se em herói do panteão nacional. Além disso, o mesmo ainda trata dos outros heróis das guerras luso-holandesas, através de *boxes* explicativos.

Na conclusão, defendo a importância de ter um olhar mais cuidadoso sobre os índios, mostrando que estes tinham suas próprias motivações e que foram ativos na construção do processo histórico, rompendo com a ideia do índio genérico. O objetivo é estimular uma reflexão nas escolas sobre essa temática, buscando superar desinformações, equívocos que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas.

Uma questão fundamental na elaboração do livro foi a seleção das imagens sobre o Felipe Camarão. O leitor irá perceber as diferentes formas como ele foi representado. E as imagens encontradas tinham a estratégia de representá-lo como civilizado, cristianizado e apto às atividades da economia colonial, contrapondo-se às imagens dos tapuias, os inimigos que, na maioria das vezes, eram representados como selvagens, bárbaros e incapazes de se adequar a um ambiente civilizado, o que poderia justificar a sua escravidão ou extinção.

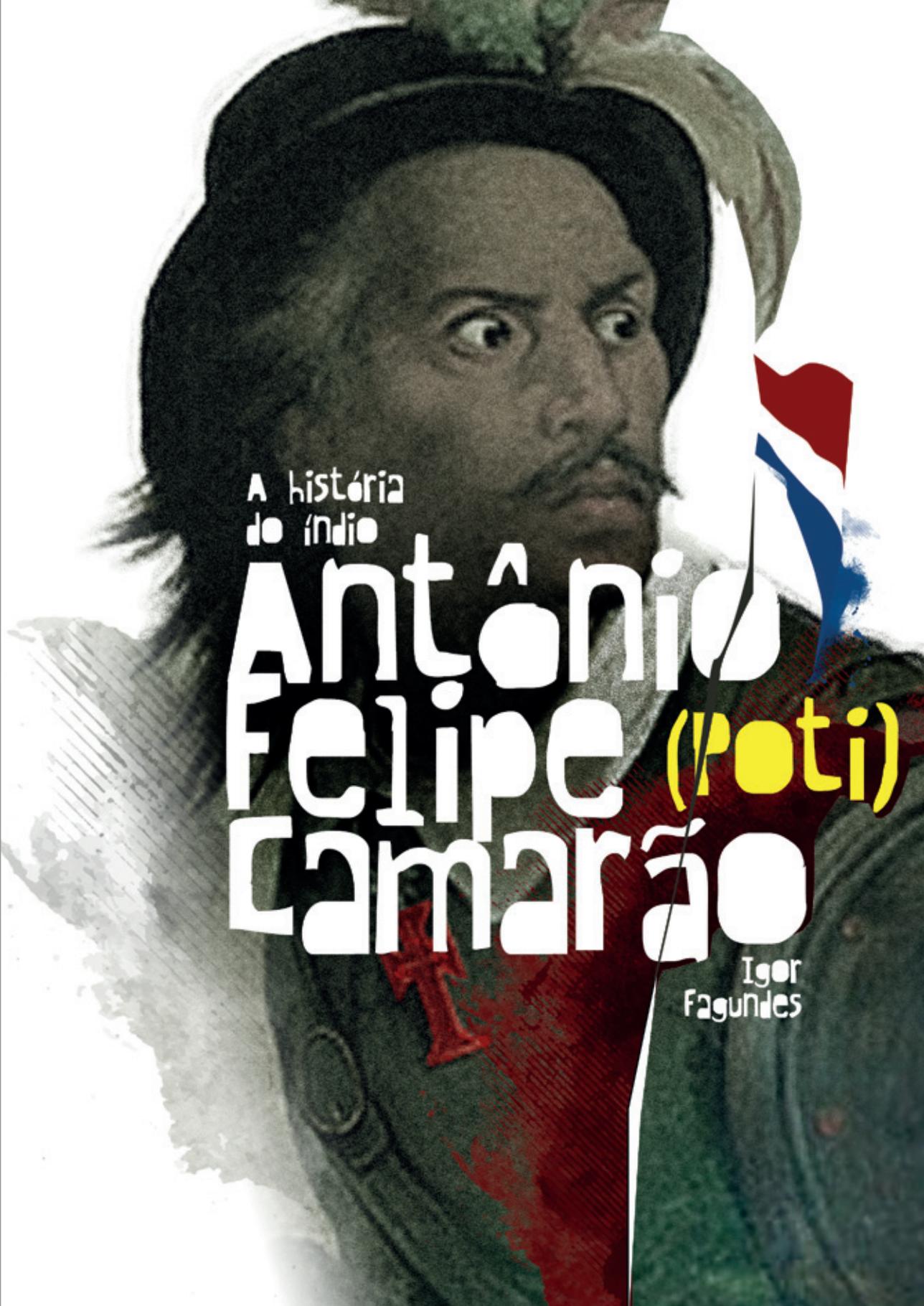
Como Felipe Camarão teve atuação de destaque nas guerras pernambucanas do século XVII, as diversas imagens o representaram como súdito de El Rey, distanciando-o da imagem do “índio bravo”. A questão não é discutir se a imagem é fidedigna, e sim, como Felipe Camarão foi representado no imaginário das guerras de Restauração Pernambucana.

É importante salientar que a construção desse produto contou com a participação de outros agentes, por exemplo: alunos, graduandos, designer e professores. Sendo assim, o processo de elaboração tornou-se ainda mais interessante, pois a contribuição de cada um deles foi de suma importância para chegar ao resultado final.

É importante destacar a participação de alguns desses agentes na produção do livro sobre o índio Antônio Felipe Camarão. Desde o início de sua realização, a minha esposa Carla Minuzzi Fagundes, que é professora de português, foi coautora dessa obra, tornando-se fundamental em sua conclusão, pois a parte da escrita foi revisada por ela inúmeras vezes.

O designer Maurício Santos, também coautor do livro, teve participação importante, já que realizou todo o processo gráfico, dando sugestões nas imagens e discutindo comigo em todo o processo de diagramação.

É necessário apontar que toda a produção desse trabalho foi pensada para que ele fosse lido por estudantes da educação básica e da universidade. A partir disso, eu pedi ajuda aos meus alunos do ensino médio para que realizassem a leitura do mesmo. Muitos leram o material e contribuíram com críticas e sugestões valiosas para a sua construção.



A história
do índio

Antônio
Felipe (Poti)
Camarão

Igor
Fagundes



CAPA: intervenção gráfica sobre obra:

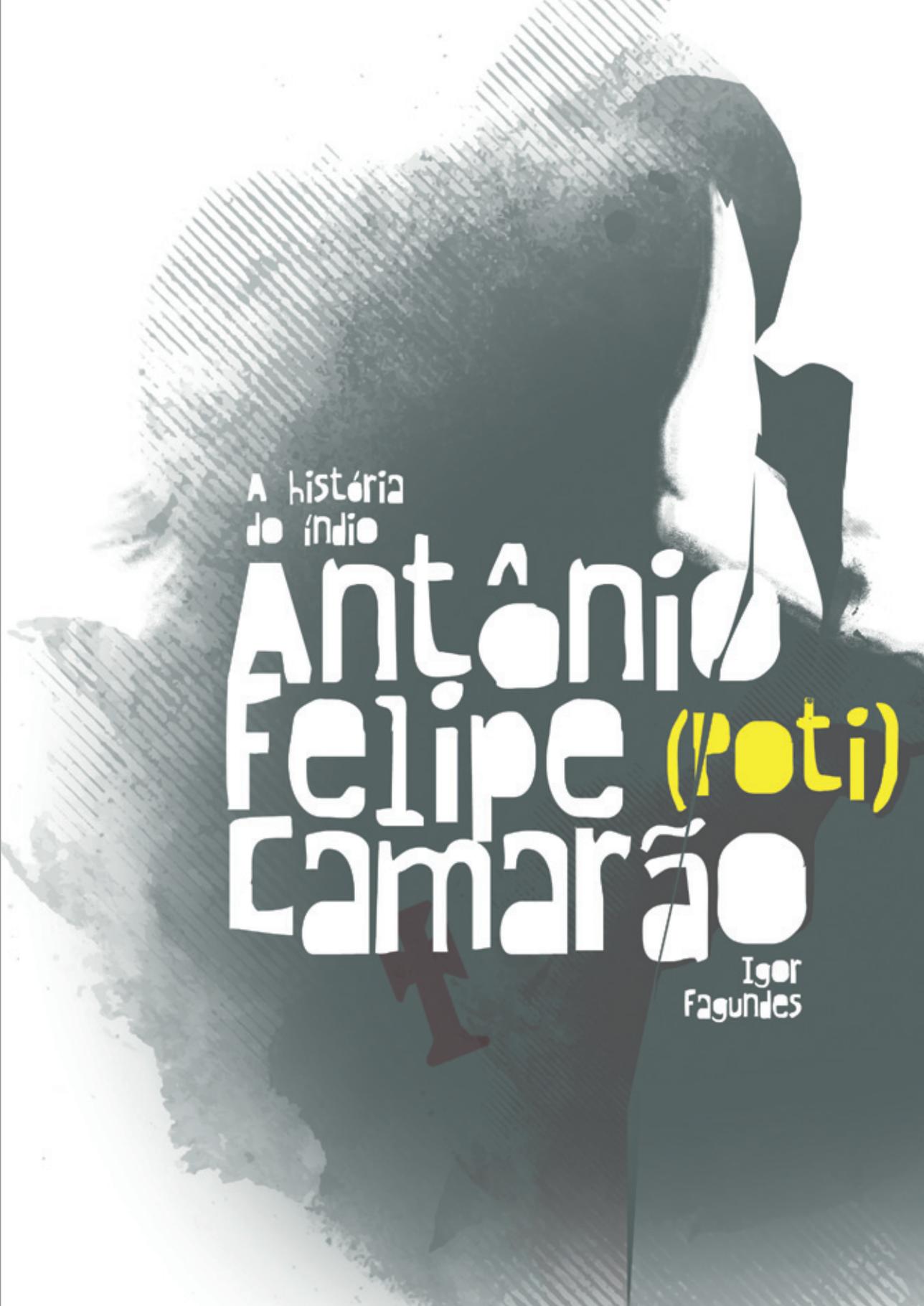
Felipe Camarão

1874-1878

Victor Meirelles (1832-1903)

Óleo sobre tela, 73 x 59,4 cm

Museu Victor Meirelles, Florianópolis, SC



A história
do índio

Antônio
Felipe (Poti)
Camarão

Igor
Fagundes

SUMÁRIO

Apresentação	4
Linha do Tempo	6
CAPÍTULO 1	
A História de Felipe Camarão	9
CAPÍTULO 2	
Conflitos entre os Potiguares	21
CAPÍTULO 3	
O Guerreiro Potiguar	33
CAPÍTULO 4	
Felipe Camarão no Imaginário da Restauração	45
Conclusão	57
Glossário	58
Referências	61
Agradecimentos	64

APRESENTAÇÃO

Este livro paradidático tem por objetivo a análise do personagem indígena Felipe Camarão, buscando compartilhar e gerar conhecimento sobre a temática indígena. Ele se propõe a colaborar com a implementação da Lei nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história dos índios no currículo das redes de ensino público e particular. Nesse sentido, deseja-se reforçar o objetivo da lei, que pretende possibilitar o respeito dos brasileiros aos povos indígenas e o reconhecimento das socio-diversidades no país.

Preende-se inserir a temática indígena com mais força nas escolas, reconhecendo o direito à memória desses povos, que, através das suas mobilizações, conquistaram, nas últimas décadas, considerável visibilidade como atores sociopolíticos. Esse fato vem exigindo discussões sobre a implantação de políticas públicas que respondam às suas demandas por direitos sociais específicos.

A minha experiência como professor, nas redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, foi fundamental para comprovar que a temática indígena é pouco abordada nas escolas. De uma forma geral, há um desconhecimento de quem foi o índio Felipe Camarão e ainda persistem na educação básica certos estereótipos sobre os índios, vistos como aculturados, sendo este aspecto predominante na escrita da história do século XIX e parte do XX, em especial, presente nos livros didáticos.

A Lei 11.645/08 pode desencadear mudanças na visão eurocêntrica predominante na história ensinada no Brasil, no diálogo entre o ensino e a revisão da **historiografia** voltada para a história indígena e nas escolhas dos sujeitos históricos, apresentados aos jovens de hoje como protagonistas ativos da história da sociedade à qual pertencem.

É nessa perspectiva de debates, diálogos e trocas de experiências que será possível conhecer melhor os caminhos trilhados para a implantação de estudos escolares que valorizem a história indígena. Daí a relevância da pesquisa sobre um índio, justamente para fomentar na formação escolar de crianças e jovens brasileiros um olhar mais cuidadoso sobre os índios no Brasil.

É importante frisar que o livro está ancorado em fontes primárias e bibliografia que inclui obras clássicas e recentes, sendo assim, a partir da trajetória de Felipe Camarão, analiso o impacto cultural da colonização sobre os grupos indígenas no nordeste colonial. Decerto que o entendimento sobre as identidades indígenas precisa levar em conta os interesses e motivações dos próprios índios nos processos de contato com os europeus, revertendo a ideia de que os europeus impuseram a sua cultura e

os índios, de forma passiva, foram **aculturados**, dominados. É fundamental perceber que há uma troca cultural entre índios e europeus no processo de colonização da América Portuguesa.

O paradidático composto por quatro capítulos analisa a importância do líder indígena para a Coroa portuguesa nas guerras de resistência ao domínio holandês e nos primeiros tempos das guerras de Restauração, o que resultou na expulsão dos holandeses. Além disso, busco examinar a memória construída pelos cronistas que escreveram sobre a participação de Felipe Camarão nas guerras luso-holandesas, em confronto com a história. História passada e do tempo presente, pois além de examinar o retrato de Camarão segundo cronistas da época, não deixo de verificar como o personagem é lembrado hoje.

Por fim, a trajetória de Felipe Camarão permite discutir vários aspectos das guerras luso-holandesas no século XVII. Decerto que o mesmo desempenhou um papel importante nas guerras pernambucanas da América Portuguesa no século XVII, tanto nas guerras de resistência como na Restauração. Por isso, a sua imagem foi exaltada pelos cronistas que analisam a restauração pernambucana e enaltecida por diversos historiadores dos séculos XIX e XX, transformando-se em herói do **panteão nacional**.

Em 2012, a Presidência da República sancionou a Lei nº 12.701, reconhecendo o índio Felipe Camarão como um vulto nacional, inscrevendo o nome dele, ao lado de Francisco Barreto de Menezes, João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias (negro **forro** que participou de vários combates contra os holandeses) e Antônio Dias Cardoso, no livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. Portanto, a partir desse decreto, o índio se juntou a outros personagens que desempenharam um papel importante nas guerras luso-holandesas.

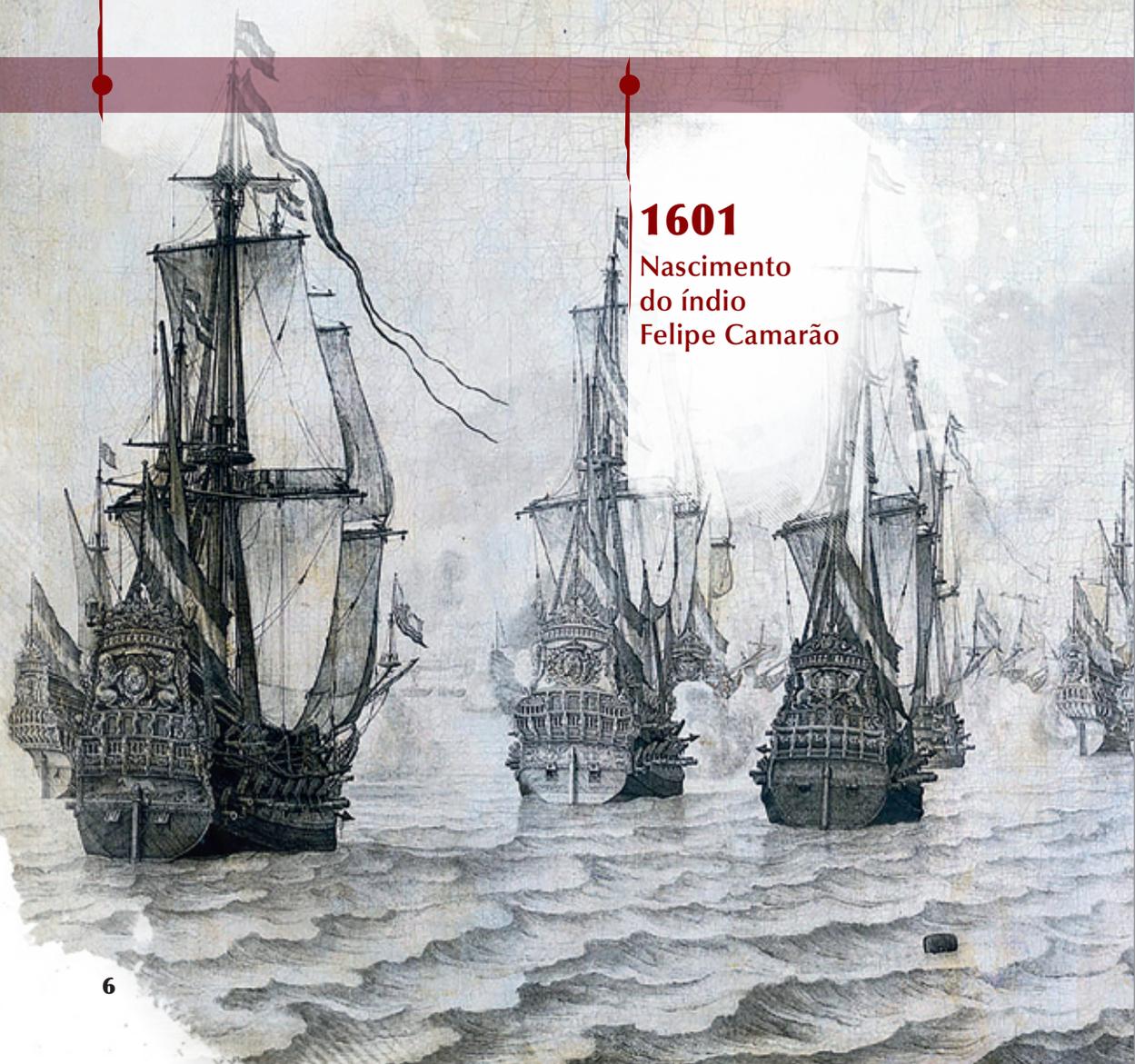
Linha do Tempo

1580

Início da
União Ibérica

1601

Nascimento
do índio
Felipe Camarão



1645

Início da
Insurreição
Pernambucana

1624

Invasão
holandesa
– Bahia

1630

Invasão dos
holandeses –
Pernambuco

1649

Segundo
Confronto
– Batalha de
Guararapes

1625

Expulsão dos
holandeses
da Bahia

1640

Fim de
União
Ibérica

1648

Primeiro
Confronto
– Batalha de
Guararapes

1654

Expulsão dos
holandeses
do Nordeste
brasileiro

Falecimento
de Felipe
Camarão

*The naval battle against the Spaniards near Dunkerque, 18 february 1639.
1659. Óleo e tinta sobre tela, 123 x 185 cm. Rijksmuseum, Amsterdam*



Retrato de Filipe Camarão
Anônimo
Óleo sobre tela, 96 x 70 cm
Museu do Estado de
Pernambuco, Recife, PE

A. P. CAMARÃO

A História de Felipe Camarão

Quem foi Felipe Camarão?

O índio em questão foi batizado como Antônio Felipe Camarão, ou simplesmente Poti (camarão), na língua tupi. Os dados indicam que ele nasceu em 1601, mas sua **naturalidade** remete a uma grande discussão que veremos adiante. Foi exaltado por um grande historiador - Francisco Varnhagen - à categoria de “herói nacional”, por ter lutado bravamente ao lado dos portugueses contra os holandeses. Essa atuação exemplar, na visão dos portugueses, o fez ser **enaltecido** na historiografia dos séculos XIX e XX, transformando-o em herói do panteão nacional.

Felipe Camarão era, de fato, uma das principais lideranças indígenas do nordeste e desempenhou um papel importante nas guerras pernambucanas da América Portuguesa no século XVII. Pertencente ao grupo dos **potiguares**, o índio viveu em uma **missão jesuíta**, onde foi doutrinado de acordo com a fé católica, aprendendo português e algumas noções de latim. Ao que tudo indica, ele surpreendia a muitos por falar com desenvoltura, mostrar boas maneiras e por ser muito religioso.

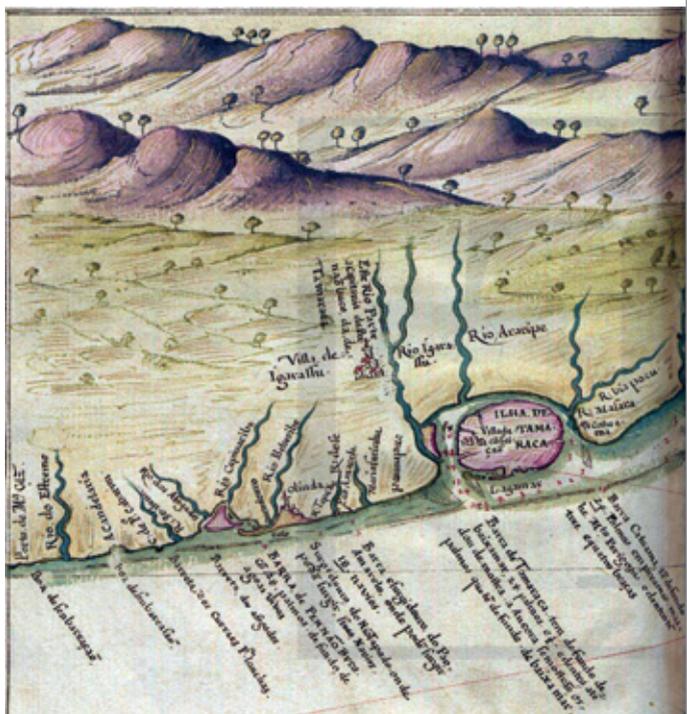
É importante ressaltar que já se discutiu muito sobre o local de nascimento do índio Poti, assunto que gerou polêmica entre especialistas dedicados a pesquisar a sua história. Os historiadores divergiam em relação ao local onde nasceu. Enquanto para alguns Felipe Camarão teria sido natural do Rio Grande do Norte, outros diziam que o índio nascera em Pernambuco. A polêmica era tão grande que foram escritos vários artigos acerca da naturalidade de Felipe Camarão na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

Essa discussão ganhou mais fôlego através da divulgação do processo inquisitorial do Padre Manoel de Moraes, que durante a dominação holandesa em Pernambuco, bandeou-se para o lado dos **flamengos** e se converteu ao **calvinismo**. Felipe Camarão participara dando seu depoimento, porque o padre, no início da invasão holandesa, foi nomeado capitão-geral dos índios e comandante do próprio Felipe, até ser destituído do posto, acusado de traição. É importante analisarmos algumas passagens do tal depoimento, para buscarmos indícios sobre a naturalidade e a data de nascimento do índio potiguar.

Na ocasião do interrogatório, data de 23 de maio de 1647, Felipe Camarão jurava ter 46 anos de idade, além de dizer que conhecia o Padre Manuel Moraes, aproximadamente há 18 anos, quando este era superior da **Companhia de Jesus** e ensinava a doutrina cristã na aldeia de Meretibi, no Estado de Pernambuco, local onde Camarão residia. Nesse processo, não há como precisarmos o local exato do nascimento de Felipe Camarão.

Sua provável origem, como indica o historiador José Gonsalves de Mello, pôde ser revelada através de um cronista holandês. Segundo a documentação histórica, uma numerosa comitiva chegou ao nordeste brasileiro, incluindo artistas, naturalistas e homens de ciências, como por exemplo, o cronista holandês Joannes Laet. É importante salientar o enorme poderio econômico da empresa patrocinadora dessa ocupação holandesa no nordeste, a **Companhia das Índias Ocidentais**, e da formação humanística e intelectual de muitos dos seus dirigentes.

Joannes Laet, geógrafo e diretor da Companhia, foi um importante cronista, ao descrever diversos fatos relacionados aos índios durante a ocupação flamenga. Existe um relato do Padre Manoel de Moraes sobre as aldeias indígenas, que foi transcrito por Laet. A transcrição indica que Felipe Camarão seria natural de São Miguel, aldeia de potiguares localizada nas proximidades de Olinda, onde os jesuítas tinham um colégio.





Mapa do Litoral Norte de Pernambuco e Litoral Sul da Paraíba, por João Teixeira, 1640 – Guia Geográfico de Pernambuco.

DESVENDANDO A HISTÓRIA

Os cronistas cometeram alguns equívocos ao tratar das patentes militares de Felipe Camarão. Segundo a documentação histórica, ele era capitão-mor dos potiguares, por isso, chefe potiguar e também governador dos índios de Pernambuco, mas não do Brasil.

Mesmo havendo dúvidas ou lacunas nas pesquisas históricas sobre o local de nascimento de Felipe Camarão, o fato é que houve uma disputa pela memória do índio, devido a sua participação efetiva nas guerras luso-holandesas. Vários artigos foram publicados nos séculos XIX e XX, buscando esclarecer a naturalidade do índio Camarão. Entretanto o mais interessante é perceber como paraibanos, cearenses, potiguares e pernambucanos ilustres reivindicam a naturalidade dele no passado e no presente, confirmando a popularidade e o enaltecimento da memória de Antônio Felipe Camarão na história.

Felipe Camarão é um exemplo clássico de um índio **aldeado**, sendo esta uma referência ao livro *Metamorfoses indígenas*, da historiadora Maria Regina Celestino de Almeida. Trata-se de um índio integrado à colonização, que aprendeu novas práticas culturais

e políticas e soube utilizá-las na defesa de interesses próprios ou comunitários. Este índio era **súdito** do rei e essa posição lhe possibilitava solicitar **mercês**, sendo conseqüentemente a mais valorizada pelos índios aldeados no mundo colonial, o que demonstra reconhecimento e apropriação dos valores do novo mundo onde atuavam.

Essa obtenção de vantagens pode ser verificada no depoimento do padre Manoel de Moraes ao Santo Ofício, no qual declara que “Em casa do **Capitão-mor** dos índios, há quatro ou cinco peças de negros”. Portanto essa revelação nos mostra justamente a integração de Felipe Camarão à colonização, além da apropriação dos valores portugueses, já que o depoimento do Padre demonstra que o mesmo possuía escravos e era o militar superior dos índios.

TA LIGADO NA UNIÃO IBÉRICA?

Em 1578, D. Sebastião, o jovem rei de Portugal, morreu na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, sem deixar filhos. Portanto o trono português passou a ser disputado, mas Felipe II, rei da Espanha, era o parente mais próximo de D. Sebastião e, além disso, buscou negociar com os nobres lusitanos a manutenção dos privilégios e dos principais cargos na administração da corte portuguesa.

Assim, em 1580, com apoio da nobreza portuguesa, Felipe II assumiu o trono português, passando a governar Portugal e Espanha. Esse período chamado de União Ibérica (1580-1640) teve consequências importantes para a América Portuguesa, dentre elas, podemos mencionar as invasões holandesas no Nordeste do Brasil, no século XVII.

TA LIGADO NAS INVASÕES HOLANDESA?

As invasões holandesas no Nordeste do Brasil (século XVII) estiveram profundamente vinculadas à União Ibérica e à guerra de independência que as Províncias Unidas dos Países Baixos moveram contra a Espanha.

A primeira, referente à passagem do trono português à coroa espanhola, apresenta-se como resultado de uma crise sucessória que pôs fim à **dinastia** de Avis (1580). Dessa forma, estabeleceu-se uma relação imediata desta com a segunda, pois, à medida que havia um conflito aberto entre a Espanha e os Países Baixos, o relacionamento entre Portugal e Holanda iria também, inevitavelmente, mudar. As disputas interferiram no ativo comércio entre os Países Baixos e Portugal, sobretudo na compra de sal para a indústria de pesca holandesa – uma das bases da prosperidade **batava** – e no comércio de açúcar, onde os holandeses não poderiam mais continuar a exercer o papel predominante que tinham em sua comercialização.

As invasões começaram com a ocupação de Salvador, em 1624. Escolheu-se a Bahia porque, além da produção açucareira, esta cidade era ponto estratégico para atacar as frotas espanholas de prata, a carreira portuguesa da Índia e para a conquista de outras partes da América e da África. A ocupação, entretanto, não conseguiu sair dos limites da cidade de Salvador. Com isso, os holandeses foram encurralados pelos luso-brasileiros fixados no Rio Vermelho e impedidos de penetrar no interior. Depois de duros combates, Salvador foi retomada, em maio de 1625, mas as investidas batavas não cessaram. No final de 1628, os holandeses decidiram investir esforços contra Pernambuco. O ataque, no entanto, só se iniciara em 1630, com a conquista de Olinda, marcando o início da presença holandesa no nordeste brasileiro.



Pintura de Hassel Gerritsz sobre a invasão a Salvador em 1624

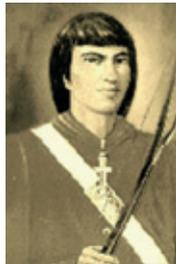
A Família de Felipe Camarão

A família de Felipe Camarão teve participação nas guerras holandesas, alguns recebendo, inclusive, como o próprio Camarão, mercês de ordens militares, indicando o reconhecimento destes nas guerras. Será interessante verificar a trajetória dos familiares do índio potiguar nas guerras luso-flamengas. Vamos começar pela esposa, Clara Felipe Camarão.

A índia Clara Camarão não poderia ser esquecida, apesar de as fontes pesquisadas terem sido pouco reveladoras sobre a sua participação. Segundo alguns **verbetes** e livros, esta índia nasceu no Rio Grande do Norte, mas viveu na capitania de Pernambuco. Índia potiguar e batizada no cristianismo, decerto recebeu o nome “Clara” no momento do **sacramento**. Já o sobrenome se deve ao seu casamento com o chefe da tribo Poti, batizado como Antônio Felipe, adotando Clara, a partir disso, o sobrenome Camarão – tradução exata do nome Poti.

O cronista Diogo Lopes de Santiago cita a participação de Clara Camarão nas guerras holandesas, no seu livro *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. É interessante percebemos que o cronista utiliza o pronome de tratamento “Dona”, estendendo a mercê do marido à esposa, como podemos comprovar nesta passagem:

*Partiu, pois, Camarão, e não somente levou a todos os índios de sua **esquadra**, senão que também levou em um cavalo, como uma lança na mão, a sua mulher, Dona Clara.*



Representação da índia Clara Felipe Camarão e do seu marido Felipe Camarão.

OUTRA DIMENSÃO

O SUJEITO HISTÓRICO - CLARA FELIPE CAMARÃO

Clara Camarão foi uma índia da tribo potiguar, nascida provavelmente entre o final do século XVI e o início do século XVII. Ela foi catequizada por padres jesuítas, juntamente com seu marido Felipe Camarão, adotando o mesmo sobrenome que ele no casamento.

Segundo as crônicas da época, Clara Felipe Camarão, por seus feitos corajosos, gozou de regalias do título de “Dona” e, conforme o recente Dicionário das Mulheres do Brasil, também recebeu a **comenda de hábito de Cristo**, privilégio masculino. Entretanto, o recebimento dessa honraria não foi comprovado nas documentações históricas.

No século XIX, A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro produziu artigos biográficos, buscando criar uma galeria nacional de homens ilustres. As mulheres também ganharam espaço nessa revista, apesar de reduzido, algumas foram vistas como célebres. Um exemplo é a índia Clara Felipe Camarão, que foi extremamente exaltada em vários artigos produzidos pela revista, por conta da sua participação nas guerras contra os holandeses.

De acordo com o historiador Gonsalves de Mello, não podemos concluir, baseando-nos nessa informação, que a índia potiguar tenha de fato lutado nas guerras holandesas. Entretanto não podemos ignorar a hipótese de ter delas participado. Decerto é que houve participação de mulheres nas guerras luso-flamengas: basta lembrarmos das heroínas de Tejucupapo, fato que até hoje faz parte do imaginário da população deste distrito de Goiana, em Pernambuco.

TÁ LIGADO NAS HEROÍNAS DE TEJUCUPAPO?

A Batalha de Tejucupapo ocorreu no período do domínio dos holandeses no Nordeste brasileiro, no século XVII. Segundo as memórias regionais, essa batalha é considerada a primeira participação de um coletivo de mulheres em um conflito armado, embora esses fatos careçam de registros precisos e de uma investigação histórica mais profunda.

Nessas memórias, consta que elas ferveram água em tachos e panelas de barro, acrescentaram pimenta, e escondidas nas **trincheiras** que haviam cavado, atacavam os holandeses com a mistura jamais esperada por eles. Seus olhos eram os principais alvos, e a surpresa, o melhor ataque. Como saldo do conflito, mais de 300 cadáveres ficaram espalhados pelo vilarejo, sobretudo flamengos. A batalha durou horas, mas as mulheres guerreiras do Tejucupapo saíram vitoriosas.

Embora não se conheçam registros documentais sobre a participação de Dona Clara ou outras mulheres nos combates, nada impede que elas tivessem carregado uma lança, algum instrumento **bélico** ou agido de maneira excepcionalmente guerreira. É importante reconhecer também o costume de as mulheres indígenas seguirem seus maridos, portanto não podemos descartar a participação das mulheres nas guerras pernambucanas no século XVII.



A encenação da peça as mulheres de Tejucupapo.

DESVENDANDO A HISTÓRIA

As chamadas “Heroínas de Tejucupapo” são uma referência à participação efetiva de mulheres na batalha de Tejucupapo, ocorrida no século XVII, em que estas conseguiram expulsar os holandeses daquela localidade. Para reviver o acontecimento, cerca de 200 mulheres da região se reúnem, em Tejucupapo (foto), um pequeno distrito de Goiana – Pernambuco -, para contar a história das suas heroínas em uma apresentação teatral. O espetáculo acontece sempre no último domingo de abril e serve como uma verdadeira aula de história e determinação. A encenação mostra a vida de mulheres que lutaram contra os invasores e contra o preconceito.

O teatro, sem dúvida, foi a maneira mais material que essas mulheres encontraram para transformar a luta delas numa realidade restaurada. A peça “Batalha das Heroínas” tem como protagonistas as próprias mulheres do lugarejo, “atrizes” recrutadas entre donas-de-casa, servidoras públicas e pescadeiras – como são chamadas aquelas que vivem da maré, catando mariscos para a venda na sede do distrito. No teatro, elas trazem à tona as suas próprias vidas, sendo uma representação importante no fortalecimento da memória e da identidade dessas mulheres.

TÁ LIGADO NA RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA?

Em vários momentos, o leitor observará o uso das palavras história e memória. Então vamos estabelecer uma noção para facilitar a leitura:

A memória é vida, a representação dos grupos vivos, logo cheios de lembranças e esquecimentos, mas sempre em permanente elaboração. Vários cronistas são citados ao longo do livro, uns que vivenciaram as guerras pernambucanas, outros que leram matérias sobre as mesmas, decerto que memórias foram construídas sobre as guerras pernambucanas do século XVII.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. Portanto é uma representação do passado, em que o historiador, através de diversos documentos históricos, busca reconstruir esse passado que não existe mais. É importante o leitor perceber que o livro se baseia nas crônicas sobre as guerras e na visão que os historiadores buscaram reconstruir sobre as mesmas.

É importante atentarmos para o fato de que Clara Camarão foi citada superficialmente por diversos cronistas que contaram as histórias das guerras luso-flamengas nos séculos XVII e XVIII. No entanto vale a pena citar o cronista Domingos Loreto de Couto, pernambucano, escrevendo na segunda metade do século XVIII, buscava ressaltar as especificidades de sua capitania, destacando os habitantes do local como verdadeiros e fiéis vassalos do rei de Portugal e seguidores convictos da religião católica. O mesmo buscava, através da sua obra, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, forjar uma identidade pernambucana, assim apresentava aspectos concernentes aos pernambucanos que os faziam diferentes e especiais, frente aos demais súditos do monarca português.

A obra de Loreto Couto é permeada por uma intencionalidade de restaurar um passado de glórias de Pernambuco e, com isso, destacar o quanto o rei tinha, naquela região, reais e valorosos súditos, dignos de serem reconhecidos como tais. E os índios seriam vistos como bons e fiéis **vassalos**. A partir disso, podemos entender porque, em suas memórias, acabou valorizando por demais a suposta atuação de Clara Camarão nas guerras luso-flamengas, pois, segundo a documentação histórica, as citações sobre a esposa do Felipe Camarão são praticamente nulas.

O cronista Couto indica:

*Na Guerra da restauração de Pernambuco, D. Clara armada de espada e **broquel**, e montada em um cavalo, foi vista nos conflitos mais arriscados ao lado de seu marido com admiração do holandês, e aplausos dos nossos(...). A sua memória será eterna no templo da Fama, para que em todo tempo seja celebrado seu nome, com os elogios, que soube merecer seu **varonil** esforço.*

Outros membros da família Camarão também foram citados nas crônicas das guerras luso-flamengas. Alguns tiveram até participação efetiva nas batalhas, como é o caso do Diogo Pinheiro Camarão, primo do capitão-mor dos potiguares.

Ocupando outrora o cargo de sargento-mor e já possuindo o **hábito de Santiago**, Diogo era conhecido como Dom Diogo Pinheiro Camarão. Com a morte de Felipe Camarão, Diogo passou a ocupar o cargo de Governador-geral dos índios de Pernambuco. Uma obra importante na análise desse período é a *História da guerra de Pernambuco*, do cronista Diogo Lopes Santiago. Segundo o historiador José G. de Mello, em *Restauradores de Pernambuco*, é pouco conhecida a identidade de Diogo Lopes Santiago e não existe certeza se trata-se de um **pseudônimo** ou nome, se era militar ou professor de gramática, bem como se português do Cabo ou se natural de Pernambuco.

DESVENDANDO A HISTÓRIA

Na América portuguesa, desde o século XVI, os cronistas tinham interesse e procuravam dar conta das terras descobertas, das mudanças implementadas pelos portugueses e de tudo o mais relativo à ocupação, à disseminação da fé católica, ao domínio do indígena e à imposição de uma cultura trazida do Velho Mundo como matriz a ser seguida.

Partindo desse referencial, o conhecimento sobre o período holandês no Brasil baseou-se nas crônicas luso-brasileiras que relataram as guerras holandesas e muitas foram impressas na segunda metade do século XVII, tais como: *O Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manoel Calado do Salvador, as *Memórias diárias da Guerra no Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, o *Castrioto Lusitano* (1679), de Frei Rafael de Jesus.

Além dessas, podemos citar a *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes de Santiago, que só foi publicada no século XIX, mas não se descarta a hipótese de que tenha circulado manuscrita no século XVII. A outra obra importante é *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, de Domingos Loreto Couto, no século XVIII.

Por fim, não podemos deixar de mencionar pelo menos dois cronistas holandeses. O primeiro, Joannes de Laet, cheio de interesse pela história, geografia e história natural das Américas e do Brasil em particular, cujo livro, *Iarleyck Verhael*, abrange o período dos primeiros seis anos da conquista holandesa do nordeste brasileiro. O segundo, Gaspar Barléus, autor do livro *História dos feitos recentes praticados no Brasil*, testemunho que se encerra em 1644 (final do governo de Nassau).

Entretanto a sua crônica é considerada por muitos historiadores uma das principais narrativas sobre a invasão holandesa e o início da Insurreição Pernambucana, sendo fundamental para as análises sobre a batalha dos Guararapes. Como cronista, teve a consciência de que estava vivendo um momento histórico e de que este merecia ser recordado em crônicas e diários, resultando, assim, em uma narrativa minuciosa dos anos da ocupação holandesa.

Diogo Lopes de Santiago sente a morte de Felipe, mas valoriza seu primo: “soldado não menos valoroso e animoso que ele”, já que este desempenhara papel importante nas guerras holandesas. É interessante notarmos que o mesmo também teve valor reconhecido e exaltado (ainda que com menos intensidade que o primo célebre) por Domingos Loreto Couto, como revela o fragmento abaixo:

Foi este grande capitão, para seus soldados, exemplo, e para os inimigos, assombro. As suas ações lhe negociaram créditos valorosos e o fizeram merecedor de encher cabalmente aquele lugar que fora ocupado por um varão tão ilustre.

Um outro familiar interessante de ser aqui elencado é o tio de Antônio Felipe Camarão, Simão Soares, conhecido entre os índios de sua nação de Jaguarari. No episódio da Baía da Traição, em 1625, os holandeses cooptaram alguns índios. Dentre estes, estavam a mulher e o filho de Simão Soares. De acordo com a crônica *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, escrita por Duarte de Albuquerque Coelho, no século XVII, Jaguarari teria passado para o lado dos holandeses, na tentativa de ajudar a esposa e o filho. No entanto os holandeses deixaram todos os três em terra, levando somente alguns índios para Holanda.

Apesar de não ter ido para a Holanda, Simão Soares foi preso e “em 1633 jazia em ferros”. Após jurar fidelidade à coroa portuguesa, foi solto e passou a acompanhar Felipe Camarão nas batalhas. Com bom desempenho nessas batalhas, recebeu mercês, como indica a passagem da crônica *Memórias da Guerra do Brasil*:

*Sua Majestade lhe fez mercê de 750 reais de **soldo**, com cláusula de que por sua morte passariam à sua mulher e filho.*

A referência ao índio Jaguarari também é encontrada no capítulo de memórias de varões ilustres, do livro *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Domingos Loreto Couto retrata o índio como **fidalg**o da casa real e cavaleiro na **Ordem de Cristo**, além de revelar que “tendo procedido em todas as ocasiões com grande esplendor do seu nome, alcançou da majestade despachos e mercês conformes ao seu grande merecimento”.

Por fim, podemos perceber que os familiares de Camarão tiveram participação ativa nas guerras luso-flamengas. Em sentido análogo a este, vimos que a aliança com os índios potiguares era fundamental no Brasil do século XVII, uma sociedade ainda escassamente povoada e, portanto, com poucos homens disponíveis para lutar.

TAL LIGADO NOS CAVALEIROS DAS ORDENS MILITARES?

Os cavaleiros das ordens militares eram defensores da cristandade (comunidade cristã), lutavam contra os infiéis e prestavam serviços ao papa. Aos poucos, o título de cavaleiro perdeu o aspecto religioso e tornou-se um símbolo da monarquia. Em Portugal, o rei era o administrador das Ordens Militares e empregou seus recursos para premiar os feitos **bélicos** dos seus súditos. Com relação às guerras luso-holandesas, os hábitos (títulos) de cavaleiro das ordens militares era o principal trunfo para remunerar a valentia e lealdade de súditos como Felipe Camarão. É importante perceber o interesse nesses títulos, pois dotava os indivíduos de privilégios, tais como: tratamento jurídico diferenciado e **imunidades**.



A CAPITANIA DE RIO GRANDE



Conflitos entre os Potiguares

AS cisões entre os índios potiguares

Agora vamos analisar as divisões entre os índios potiguares no Pernambuco holandês. Um caso interessante é o do guerreiro potiguar Pedro Poti. Este seguiu o caminho oposto ao de Camarão: converteu-se ao calvinismo e lutou ao lado dos holandeses. As tentativas de atrair Pedro Poti para a causa portuguesa foram inúmeras, como demonstram as cartas de Diogo e Felipe Camarão para o índio em questão. Entretanto Poti demonstrou-se irredutível, mantendo-se fiel aos holandeses até a sua morte. Por conta dessa fidelidade e de sua participação nas guerras contra os portugueses, Pedro Poti foi respeitado pelos holandeses, sendo eleito governador dos índios da Paraíba.

O guerreiro potiguar teria, porém, um fim trágico: aprisionado na segunda batalha dos Guararapes em 1649, foi posto a ferros pelos portugueses em uma **masmorra** localizada no Cabo de Santo Agostinho, onde permaneceu, durante meses, a pão e água. Consta que, retirado de vez em quando, padres se atiravam sobre ele, tentando obrigá-lo a **abjurar** a religião protestante. Poti, entretanto, resistiu bravamente na fé protestante, sendo embarcado para Portugal, em 1652, para as câmaras de tortura do **Santo Ofício**. Poti não conseguiu, no entanto, completar sua viagem: a morte a atalhou.

O massacre movido pelos portugueses aos índios na “Baía da Traição”, por terem estes auxiliado os holandeses quando aportaram na baía, foi a maior razão para os potiguares se aproximarem dos invasores. Esse massacre contribuiu por demais para a divisão da nação potiguar, portanto, a partir de 1625, os holandeses começaram a estabelecer relações de alianças com os indígenas.

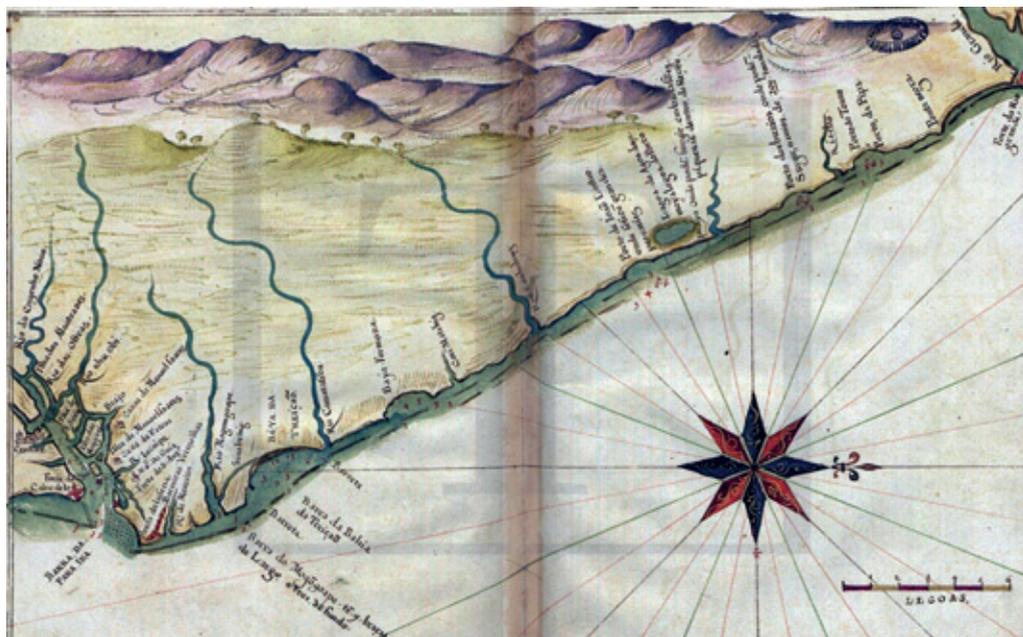
TÁ LIGADO NA BAIÁ DA TRAIÇÃO?

Esse episódio é considerado o grande marco para a cisão entre os índios potiguares, sendo assim, uma parte ficou ao lado dos flamengos, enquanto a outra defendeu os portugueses.

Após a expulsão dos holandeses de Salvador, em 1625, estes se estabeleceram na baía da Traição, na Paraíba. Lá encontraram os índios, mas a relação foi amistosa. A ideia dos holandeses era fugir do local, pois sabiam que os portugueses iriam atacá-los na baía. Quando os flamengos começaram a partir do local, os potiguares pediram para levá-los, mas não havia como sustentar tantos índios na viagem. Somente uns poucos foram aceitos e os demais ficaram na baía, onde foram massacrados pelos portugueses.

Entre os potiguares estavam Antônio Paraupaba e Pedro Poti, que representariam, mais tarde, a aliança entre índios e holandeses e os conflitos com os familiares potiguares, dentre eles, Felipe Camarão, que lutou ao lado dos portugueses.

Logo abaixo, o mapa da capitania da Paraíba, onde podemos localizar a Baía da Traição.



Mapa do Litoral Norte da Paraíba e Litoral Sul do Rio Grande do Norte por João Teixeira - 1640.

No entanto, desde o início das invasões holandesas, podemos perceber que o estabelecimento de alianças com as tribos indígenas da América portuguesa era uma das preocupações dos invasores, logo tanto portugueses quanto holandeses procuraram angariar e manter essas alianças por todos os meios.

É importante recorrer ao historiador Evaldo Cabral de Mello, um dos mais renomados pesquisadores do período da dominação holandesa em Pernambuco no século XVII. Este indica que a Companhia das Índias Ocidentais se empenhou consideravelmente em trazer os índios para seu lado, considerando-os aliados contra o inimigo português. Para tal, os neerlandeses (holandeses) *não mediram esforços*. Pouco antes da invasão de Pernambuco, proclamaram o direito dos índios à liberdade. Além disso, procuraram investir na educação de alguns índios para que estes agissem de acordo com seus interesses.

O principal governante do Brasil holandês foi o conde Maurício de Nassau. Este demonstrou total inclinação para manter a aliança com os tupis e os **tapuias**. Nassau indicou, em seus relatórios para a Cia das Índias Ocidentais, a importância das alianças com os índios e, por isso, ele enfatiza que os mesmos sempre devem estar em natural liberdade, querendo se contrapor à imagem de escravizadores que determinados grupos indígenas tinham dos portugueses.

É interessante observar muito bem a personalidade do conde, representado como simpático e gentil com os índios. A partir disso, Nassau conseguiu o respeito e a admiração desses aliados, conforme revela o autor José Gonsalves de Mello, de *Tempos dos Flamengos*: “(...) estes, em um momento de maior entusiasmo, chamaram-no de ‘irmão’” – tratamento que foi muito bem recebido pelo governante holandês.

Entretanto muitos índios foram mantidos em uma situação de escravidão, devido à má conduta dos comandantes que chefiavam as aldeias dos indígenas aliados dos holandeses. Mello nos revela que não eram de se admirar os abusos desses comandantes, já que estes, na maioria das vezes, não tinham qualquer vocação religiosa ou intenção de educar esses índios. Porém devemos ressaltar que Nassau jamais se descuidou de reprimir esses abusos, ainda que não conseguisse evitar explorações e maus-tratos aos indígenas.

A partir da **cisão** entre os potiguares, ocasionada pelo massacre movido pelos **lusos** na “Baía da Traição”, devemos pensar a relação entre as principais lideranças indígenas, já que uns apoiavam os holandeses, e outros, os portugueses. O historiador Pedro Souto Maior, em seu artigo “Dois Índios Notáveis e Parentes Próximos”, publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará do ano de 1912, traduziu para o português as chamadas “cartas tupis dos Camarões”, depois organizadas na obra *Fastos Pernambucanos*. É fundamental a análise dessas cartas para entender as divisões entre os índios potiguares.

Em 1645, Diogo Pinheiro Camarão escreveu a seu parente próximo, Pedro Poti, governador dos índios da Paraíba, algumas cartas, com o objetivo de persuadi-lo

a passar para o lado dos portugueses. Diogo Camarão utiliza algumas estratégias para tentar afastar Pedro Poti dos holandeses, tais como: preocupação, parentesco e religião. Para ilustrar a explicação, abaixo estão alguns fragmentos:

Antes que tudo, vos direi que me causou grande satisfação em saber que estejam bem de saúde (...).

(...) Senhor Pedro Poti, porque sou um bom parente. Sai desse lugar, que é fogo do inferno (...)

Por que mandaste matar o outro? Isso entretanto não me surpreende, pois sei que está no poder dessa gente malvada (no caso, os holandeses). Se estivésseis só, o teria recebido com amizade (...).

O vosso avô o ancião Araorena, vosso pai laguarani e todos os outros amigos dizem que você deve passar para o nosso lado (portugueses) (...).

Pedro Poti respondeu de forma firme e decidida às solicitações de seus parentes para abandonar os holandeses, depois da insistência do familiar Diogo Camarão. O primeiro escreveu uma longa carta, datada do dia 31 de outubro de 1645, talvez de propósito, no dia comemorativo da reforma protestante. O primeiro

OUTRA DIMENSÃO

O SUJEITO HISTÓRICO - PEDRO POTI

Pedro Poti era um guerreiro potiguar, parente de Felipe Camarão, que liderou parte dos índios dessa nação contra os holandeses nas guerras de resistência e de restauração. Entretanto Pedro Poti seguiu o caminho oposto, converteu-se ao calvinismo e lutou ao lado dos holandeses nas guerras que ocorreram no nordeste brasileiro, no século XVII.

A divisão dentro da nação potiguar teria sido o massacre movido pelos portugueses na Baía da Traição. Com isso, vários índios potiguares se aproximaram dos holandeses e lutaram contra os lusos nas chamadas guerras pernambucanas.

Pedro Poti seguiu para a Holanda com outros índios da sua família. Lá, aprendeu a língua flamenga e foi instruído na fé calvinista. Ainda na Holanda, escreveu uma carta para Felipe Camarão, na qual ele pressiona o chefe potiguar a mudar de lado, pois os “perversos portugueses escravizavam e matavam os índios da nação potiguar”.

Na segunda batalha dos Guararapes, Pedro Poti foi aprisionado pelos portugueses. Ele acabou morrendo, a bordo do navio que o conduzia preso para Lisboa, em 1652. Consta que sofreu torturas e pressões para passar para o lado português, mas se manteve fiel à fé calvinista e aos holandeses.

aspecto da resposta é a revolta com as solicitações (“Eu me envergonho da nossa família e da nação ao ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes, de quem tenho recebido tantos benefícios”). Além do mais, Poti demonstra fidelidade e valoriza os seus “legítimos chefes”.

Outro aspecto interessante é quando Pedro Poti faz uma constatação, dizendo que vive livremente, diferentemente da época em que estava ao lado dos portugueses, quando vivia sob o signo da escravidão. Elogia, além disso, a postura dos holandeses com os índios, dizendo que jamais os neerlandeses escravizaram algum índio. O potiguar lembrara as matanças da Baía da Traição, onde, depois da rendição da força holandesa, os portugueses mataram cruelmente todos os 23 índios prisioneiros de guerra, apesar das condições acordadas.

No entanto devemos perceber que essa postura dos holandeses para com a escravidão não se enquadra com o que já foi exposto, conforme indica José Antônio Gonsalves de Mello. É importante notar que o tratamento referido acima é dado para um grupo seletivo, das principais lideranças indígenas, enquanto muitos índios aliados dos holandeses viviam em uma situação de escravidão, ficando a relação entre os dois grupos muitas vezes estremecida.

Apesar desses problemas, que não foram relatados na resposta de Poti, devemos pensar que é bastante plausível a possibilidade de ter havido um tratamento especial a este índio, devido ao cargo que ele ocupava e à própria estratégia holandesa de alianças. Mas não podemos deixar de pensar no objetivo da carta, que é condenar as ações dos portugueses, por isso a exaltação do trato dos holandeses para com os índios.

É possível afirmar que Pedro Poti sentia vantagens em fazer aliança com os holandeses por razões de ordem prática, uma vez que o tratamento que os holandeses lhe propunham em nada lembrava a exploração à qual os portugueses submetiam os indígenas. Portanto é possível sustentar que a primeira razão que moveu os índios a apoiarem os neerlandeses e, conseqüentemente a religião protestante, foi a possibilidade de alcançarem a liberdade.

Essa observação, contudo, não permite afirmar que Pedro Poti e os demais potiguares que os apoiaram aderiram à cultura holandesa e à religião protestante somente por razões de ordem imediata e prática. A carta de Pedro Poti fornece indícios de que este potiguar havia de fato se convertido à Igreja Reformada, por acreditar na superioridade de sua doutrina, como a seguinte passagem indica:

Sou Cristão e melhor do que vós: creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa. Aprendi a religião cristã e a pratico diariamente, e se vós a tivésseis aprendido, não serviriam aos inimigos portugueses.

Por fim, Pedro Poti convidara finalmente seus parentes e amigos a passar para “o lado dos piedosos”, que “nos reconhecem no nosso país e nos tratam bem”. E conclui que “nada conseguiremos por meio de cartas, portanto não mais me escrevas”. Além do mais, as cartas endereçadas a ele não tinham muita argumentação para influenciar sua mudança de postura, portanto ele as considerava “palavras vãs”, e também percebe que nenhum dos dois lados mudaria de postura, por isso pede para não escrever mais.

TÁ LIGADO NA CARTA DE PEDRO POTI?

Como resposta a uma das cartas recebidas de Felipe Camarão, Pedro Poti escreve uma carta em tupi, cuja tradução temos adiante. É um importante relato sobre alianças, dependência, sobrevivência e lealdade entre os potiguares durante as guerras pernambucanas do século XVII. Segue-se abaixo:

“Eu me envergonho da nossa família e nação ao ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes, de quem tenho recebido tantos benefícios. É tolice o imaginardes que nos iludis tão facilmente com essas palavras vãs, e até fico pensando que, não ousando nos vir visitar como soldado, procurais usar essas falsas imposturas. Fica sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer. Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão nos escravizar. Os cuidados que dizeis ter por mim e o favor que os portugueses nos dispensariam não são mais que histórias contadas para nos iludir. Por minha parte só tenho um sentimento, e provem de não me virdes visitar aqui. Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os holandeses (entre os quais fui educado). Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos. Eles nos chamam e vivem conosco como irmãos; portanto, com eles queremos viver e morrer. Por outro lado, em todo o país se encontram os nossos escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os houvesse libertado. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Bahia da traição, ainda estão bem frescos na nossa memória. (...) Não, Filipe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos perversos portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinar ou escravizarem tanto a vós como a nos todos. Vinde, pois, enquanto é tempo, para o nosso lado, a fim de que possamos, com o auxílio dos nossos amigos, vivermos juntos neste país que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família. Sobre isso aqui estamos todos de acordo; portanto, vinde vos unir a nós e garanto-vos que os holandeses vos farão os mesmos benefícios que nos fazem. Não tenhais a menor dúvida: os portugueses terão de se escapular; esses bandidos hão de desaparecer como o vento.

reue peguay aqua amocema repiala qui jahay modo Capitão
Diojo dafosta peyopisij abamo Cojo Cunha amo tapejmo
geta perenocemae Je orojur peje Jupa pejmogeta ra
nhe Imogeta rojre tapejmodo aqua moça Cuapa qui jala
Pajtupa iade iara remigu abamo Je xenhenga aj modo
Endee snor Pedro poti maranamo xea ndanama rete
Cata Eyor Ecama anhangá ruta nuyara Cuj J. Quay (17)

Sou cristão e melhor do que vós; creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa. Aprendi a religião cristã e a pratico diariamente, e se vós a tivésseis aprendido, não serviríeis com os **pérfidos** e **perjuros** portugueses, que apesar das promessas do rei e do juramento feito por ele, depois de roubarem os bens dos holandeses, vêm atacar traiçoeiramente a esses e a nós mesmos; mas não de receber o castigo de Deus. Vinde, portanto, para o nosso lado, e afastai-vos dos perjuros e traidores, que não poderão se sustentar aqui, donde brevemente os expulsaremos à força e também da Bahia. Deveis saber que os seus feitos no sul não têm a mínima importância: quem tem mais gente fica senhor do campo. O Pontal foi entregue por traição, mas os holandeses o retomarão com valor, pois deveis reconhecer que o mar domina o Brasil. Têm vindo bastantes socorros da Holanda para a nossa manutenção, e esperamos a toda hora uma grande armada extraordinariamente forte, à qual juntaremos os navios aqui existentes e então poremos mãos à obra. Em suma, os holandeses aproveitarão a ocasião para se apossarem de todo o Brasil, pois o rei de Portugal se acha sem recursos ou forças. Os da Bahia perderam seus navios na Bahia de Tamandaré, e não têm meios para adquirirem outros. Não me faleis sobre a fraqueza dos holandeses. Estive e me eduquei no seu país. Existem lá navios, gente, dinheiro e tudo em tanta abundância como as estrelas no céu; e disso tem vindo para cá alguma coisa (...).

Abandonai, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos portugueses e vinde juntar-vos conosco; garanto-vos que vos dareis bem. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros que nos reconhecem e tratam bem na nossa terra. Os bandidos portugueses até agora nada têm conseguido senão por traição. (...) Nada conseguiremos por meio de cartas, portanto não mais me escrevais. Não quero receber tais cartas. Em suma, vos queixareis ainda desta guerra e estais iludido por essa corja de celerados perjuros e perversos, que tanto tem seduzido a vós e a todos os nossos amigos e oprimido tão tiranicamente os nossos. Adeus. No meu acampamento, 31 de outubro de 1645.

Assinado:

O Regedor e Comandante do Regimento de Índios na Parahyba, Pedro Poty”

Continuando a análise dos discursos indígenas, devemos remeter toda atenção às exposições do índio Antônio Paraupaba. A primeira exposição é datada de agosto de 1654 (portanto a Insurreição Pernambucana já tinha chegado ao seu final, com a vitória dos portugueses). A segunda é datada de 1656 e refere-se ao martírio de Pedro Poti, como anteriormente tratado.

A história de Paraupaba se confunde um pouco com a de Pedro Poti, ainda que aquele tivesse um final mais feliz que o companheiro. O primeiro também era um guerreiro potiguar que se converteu ao calvinismo e que seguiu para a Holanda na mesma ocasião que Poti, a partir da “Baía da Traição”. Com o êxito da invasão holandesa em Pernambuco, o guerreiro potiguar foi nomeado governador dos índios do Rio Grande pelos holandeses, figurando com destaque em relação aos outros índios, afinal, teve este um papel importante no massacre de Uuaçú, no Rio Grande do Norte, quando eclodiu a Insurreição Pernambucana, onde morreram dezenas de portugueses, entre homens, mulheres e crianças.

Retomando as exposições de Paraupaba, estas relatam o martírio de Poti e mostram como manteve-se fiel aos holandeses e aos preceitos protestantes até a sua morte, como podemos comprovar nesta passagem:

*Sei que eles me matarão.
Peço-vos, portanto, que me
prestei o seguinte serviço:
Quando regressar ao Recife,
conte ao Supremo Conselho
o que vistes e ouvistes de mim;
que eu morrerei como seu súdito
fiel a Holanda.*

OUTRA DIMENSÃO

■ SUJEITO HISTÓRICO - ANTÔNIO PARAUPABA

Antônio Paraupaba era um guerreiro potiguar que se converteu ao calvinismo e lutou com bravura pelos holandeses contra os portugueses nas guerras pernambucanas no século XVII. A história tem traços semelhantes com a de Pedro Poti, o episódio da Baía da Traição foi o marco para a mudança de lado nas guerras e a cisão entre os potiguares.

Paraupaba seguiu para a Holanda com Pedro Poti e outros índios, onde aprendeu holandês e converteu-se ao calvinismo. Paraupaba adquiriu posto de comando, sendo nomeado regedor dos índios potiguares no Rio Grande do Norte, e atuou em campanhas militares contra os portugueses e seus aliados indígenas.

Com a derrota dos holandeses, em 1654, Paraupaba ficou em situação complicada. Entretanto, diferente de Pedro Poti, ele conseguiu fugir para a Holanda em um **navio corsário**. Em suas cartas, buscou proteção aos índios potiguares que lutaram ao lado dos holandeses, não sendo atendido de forma eficiente pelo governo holandês. Por fim, o índio potiguar Paraupaba seguiu vivendo na Holanda, onde veio a falecer, em 1654.

O grande objetivo dessas exposições é conseguir auxílio para os potiguares, que ficaram à disposição da dominação portuguesa, na Capitania de Pernambuco. Para conseguir tais solicitações, Antônio Paraupaba empregou no discurso um tom religioso muito forte, além de enfatizar a fidelidade e a lealdade dos índios para com a Igreja Reformada e o Estado, conforme a seguinte passagem:

*(...) que todos os índios (ainda não há muito tempo habitando naquela região do Brasil e obedientes ao governo deste Estado até a última conquista feita por **perjuros** portugueses) como súbditos bons e firmes na sua fidelidade para com este Estado e a Religião Reformada de Cristo, a única verdadeira, tem sido e preservado até agora nossos sentimentos.*

A partir disso, esse guerreiro potiguar insistiu no argumento de que os holandeses deveriam ajudar os potiguares, não podendo ser ingratos com aqueles que sempre se mostraram fiéis à religião reformada. Paraupaba emprega, dessa forma, um tom ameaçador, ao levantar a possibilidade de os holandeses não ajudarem os potiguares, como percebemos no fragmento abaixo:

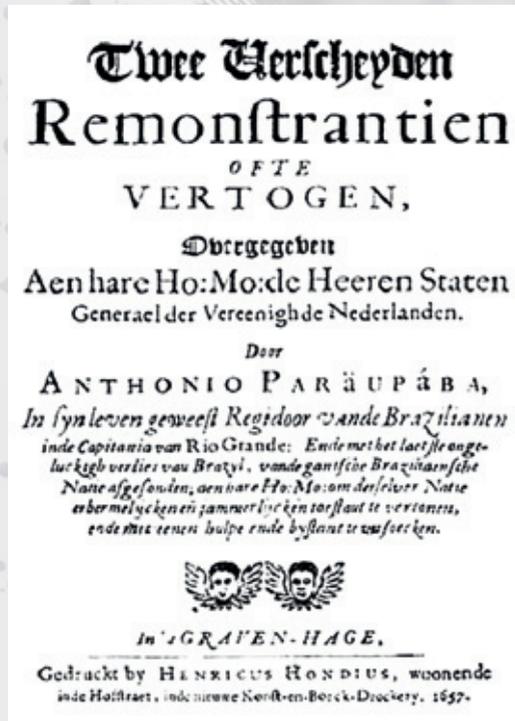
(...) aquele povo não pode acreditar que V. Exas. o recompensem dessa forma por seus fiéis serviços, e tantas e tão longas misérias, fome e massacres; ... nem deixem que eles recaiam na selvageria entre as feras nos sertões bravios, pois teria de prestar contas ao Grande e Todo Poderoso Deus, que é contra os que por usura enterram a sua libra com medo de a gastar (...)

O governo holandês apoiou o pedido, mas não fez nada pelos potiguares, já que na segunda exposição, Paraupaba implorara pelo seu povo, pedindo para que os Estados Gerais (governo holandês) o “ajudem agora!”. Portanto, ao que tudo indica, os potiguares não conseguiram o auxílio que tanto almejavam. Sabemos, entretanto, que Antônio Paraupaba continuara na Holanda, onde veio a falecer em 1657, como indica o autor Franz Leonard em seu artigo *Índios Evangélicos no Brasil Holandês*, publicado em 1997.

A exposição de Paraupaba é interessante no sentido que nos permite perceber as estratégias utilizadas pelos índios para solicitar benefícios. O guerreiro potiguar, a partir da posição que ocupava nas guerras holandesas, apropriou-se dos códigos

Tradução da Capa da Exposição de Antônio Paraupaba:

Dois distintos requerimentos ou exposições entregues a V.as Ex.as os Estados Gerais dos Países Baixos Unidos por Antonio Paräupába, que em vida foi Regedor dos Brasilianos na capitania do Rio Grande. Enviado a V.as Ex.as como representante da nação Brasiliana, depois da infeliz perda recente do Brasil, para expor a situação lamentável e deplorável dessa mesma nação e para pedir ajuda e assistência. Gravenhage (Haia). Impresso por Henricus Hondius, morador da Hoffstraet, na nova tipografia Arte e Livros. 1657.



neerlandeses para defender suas reivindicações. Por isso, o índio exalta a Igreja Reformada e o Estado Geral, para se colocar ao lado dos holandeses, reconstruindo sua identidade, história e memória.

Não podemos deixar de mencionar os discursos de Felipe Camarão. No ano de 1646, ele escreveu um manifesto a todos os índios do arraial do inimigo, excluindo Pedro Poti e Antonio Paraupaba, por entender que a reconciliação com ambos era quase impossível, como podemos revelar nesta seguinte passagem:

(...) não quero reconhecer a Antônio Paraupaba nem a Pedro Poti, que se tornaram **hereges** (...).

Nesse manifesto, concluímos que Dom Antônio Felipe Camarão demonstra paixão para com os índios, dizendo que não usou toda a força contra os holandeses para poupá-los. E tenta persuadi-los, mostrando que os holandeses irão abandoná-los, quando a guerra acabar. Felipe Camarão pressiona os índios e ameaça:

“não acrediteis nesses hereges e vinde a tempo para vos salvar, recebendo cada um o passaporte que lhe daremos; si não o fizer ficarás abandonados e não concederemos quartel, nem perdão, mas vos destruiremos como inimigos.”

Como já foi dito anteriormente, os portugueses estavam preocupados com o sistema de alianças que os holandeses formaram em Pernambuco. Portanto o manifesto de Felipe Camarão deve ser entendido sob esse viés. Essa preocupação é tão notória, que o Rei Felipe IV já se havia comprometido a agraciar Camarão, temendo perdê-lo para os holandeses. O manifesto, dessa forma, tinha por objetivo atrair os índios que estavam ao lado dos holandeses, já que estes eram peças fundamentais nas lutas para expulsar os invasores.

A última tentativa de atrair os indígenas é através da religião. Desta forma, Felipe Camarão afirma que estes somente obteriam a salvação uma vez que procedessem como “verdadeiros cristãos”. Como observamos, o manifesto teria tido praticamente as mesmas características das cartas enviadas anteriormente, tais como: preocupação com os índios, religião e parentesco. Todavia a pressão exercida por Camarão não teve o resultado positivo para os lusos, pois os índios se mantiveram fiéis aos holandeses.

Por fim, os casos de Pedro Poti e Antônio Paraupaba são extremamente surpreendentes, pois eram índios aldeados que, apesar de suas condições, não só acabaram por abraçar a religião protestante, como também defendê-la com total convicção e fidelidade. Esses exemplos parecem apontar para uma imensa fluidez e flexibilidade por parte desses índios, devido à mudança de religião e de apoios. Sendo assim, podemos pensar como as identidades podem se construir a partir de interesses políticos e sociais em situações historicamente determinadas.



Guerreiro Potiguar

Trajatória de Felipe Camarão nas Guerras de Resistência

Vamos observar a trajetória de Felipe Camarão nas guerras contra os holandeses. As fontes históricas indicam que ele esteve à frente das tropas indígenas na Guerra de Resistência (1630-1637), como também no período da Restauração Pernambucana (1645-1654), quando os invasores são expulsos. Desde o início, se manteve fiel aos portugueses, participando de importantes batalhas, como por exemplo, a dos Guararapes.

A participação do índio Camarão nas guerras de resistência é bastante destacada pelos cronistas. Um dos documentos mais valiosos é a crônica *“O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade”*, da autoria de frei Manoel Calado, pregador da Ordem de São Paulo, respira a experiência direta dos acontecimentos do século XVII. Nesta passagem, o frei diferencia Felipe Camarão dos demais índios:

“Um índio brasileiro, o mais leal vassalo, que sua Majestade tem nesta América, e o mais amigo dos portugueses que todos os que até agora tem havido (...).”

Em 15 de fevereiro de 1630, o coronel flamengo Diederick Van Waerdenburch iniciou o desembarque em Olinda, buscando retomar para a Holanda a participação

no comércio açucareiro do Brasil, já que esta foi excluída pelo rei espanhol no período da União Ibérica (1580-1640).

A partir deste fato, o militar superior Matias de Albuquerque, que nasceu no Brasil, comandará as forças de resistência, que por sinal eram muito inferiores. Entretanto, utilizando uma tática de guerrilhas, organizando ataques ocasionais e obstruindo o acesso a suprimentos, este obteve alguns resultados positivos, minando em alguns momentos as forças holandesas, proporcionando uma maior organização das forças de resistência.

Com o avanço das tropas holandesas, o general Matias de Albuquerque organizou o recrutamento, sendo Felipe Camarão oferecido ao general, como mostra o cronista já citado Diogo Lopes Santiago:

Sendo tomadas as forças do Recife, Matias de Albuquerque, juntando gente, por conselho dos homens práticos na guerra, determinou fazer uma força inexpugnável, quase uma légua distante da Vila e do Recife em um sítio conveniente, para impedir ao inimigo que não ganhasse a campanha (...). Neste tempo se ofereceu a Matias de Albuquerque um índio chamado Antônio Camarão.

O general Albuquerque, buscando frear o avanço holandês, montou uma estratégia para repeli-los, já contando com a participação dos indígenas. Os índios conseguiram surpreender os holandeses com seus arcos e flechas, nos ataques que ocorreram nas proximidades da vila de Olinda.

TÁ LIGADO NAS GUERRAS LUSO-HOLANDESAS?

As guerras podem ser divididas em três períodos distintos, vamos observar:

No primeiro período, entre 1630 e 1637, travou-se uma guerra de resistência, resultando em enormes baixas dos exércitos luso-espanhóis, fuga dos senhores de engenho para a Bahia, ocupação holandesa do território entre o Rio São Francisco e Ceará, e finalmente, a trégua luso-holandesa de 1637 a 1641.

O segundo, entre 1637 e 1645, coincide com o governo de João Maurício de Nassau, marcado por uma paz precária, interrompida por ataques promovidos pelos senhores refugiados na Bahia contra engenhos e povoações.

No terceiro período de guerra, inicia-se a Insurreição Pernambucana (1645-1654). Esta fase é marcada pela Restauração e a derrota definitiva dos holandeses. Podemos perceber que a Restauração Pernambucana ocorreu graças à aliança entre os luso-brasileiros, os moradores de Pernambuco e os exilados na Bahia, todos unidos contra os holandeses na fase final da guerra.

Entretanto o resultado desta primeira batalha com os holandeses foi desastroso para a resistência montada pelos luso-brasileiros, já que estes saíram derrotados, perdendo a Vila de Olinda. Os holandeses atacaram com artilharia pesada, deixando o general Matias de Albuquerque bem preocupado, pois o número de mortos e feridos foi elevado, sendo assim teve que recuar para planejar uma nova resistência aos flamengos.

Com essa derrota, e percebendo que não poderia defender a povoação do Recife, o general, utilizando-se das táticas de guerrilhas, resolveu queimá-la, impedindo os holandeses de ficar com o açúcar e suprimentos, em 1630. A tática de queimar a povoação impediu os holandeses de entrar no local, já que todo o depósito de açúcar foi queimado, além do dinheiro que deixaram de arrecadar com a planejada venda do açúcar.

É interessante notarmos que Felipe Camarão, quando passou a auxiliar as tropas portuguesas sob o comando do general Matias de Albuquerque, já era respeitado entre índios da sua nação, mesmo antes de receber largas mercês, como indica o cronista Diogo Lopes Santiago:

Era principal pessoa entre os índios, a que eram muito obedientes, e sua gente muito destra em atirar flechas, e o elegeram por seu maior, por animoso e esforçado.

Antes mesmo de Felipe Camarão ter atuado de forma decisiva nas guerras holandesas, fato que ocorrerá a partir de 1633, o rei Felipe IV de Espanha comprometeu-se a conceder ao índio potiguar largas mercês, dentre elas, o **hábito da Ordem de Cristo**, a patente de Capitão-mor dos potiguares, o brasão de armas e soldo, que totalizavam 80 mil réis. Esse comprometimento nos mostra a importância que a força indígena tinha nessas guerras. Portanto a Coroa ibérica não queria perder de forma nenhuma esses aliados, já que representavam uma colaboração militar muito valiosa. A seguir, a **carta régia**, que indica o comprometimento do Rei:

Eu el Rei vos mando louvar com brevidade ao Índio principal que vos assiste, que se chama, Antônio Felipe Camarão de nação Potiguar, e que todos os índios dessa capitania e os das mais até o Ceará o respeitão, e serve desde o princípio da guerra nas instâncias mais arriscadas, e junto ao inimigo pelejando em todas as ocasiões com muito valor, e é bom cristão, e dele depende a conservação dos mais índios e, havendo respeito a seus procedimentos hei por bem de lhe fazer mercê do hábito da Ordem de Cristo com 40.000 de renda, e que se lhe passe patente do Capitão-mor dos índios potiguares com 40.000 de soldo, pagos no Almoarifado dessa Capitania, e se lhe dê um brasão de armas (...).

DESVENDANDO A HISTÓRIA

Em 1635, o mestre-de-campo general Dom Luiz Roxas e Borjas trouxe um documento com notícias sobre o título de Dom para Antônio Felipe Camarão, e também o hábito da Ordem de Cristo. Desde então, o chefe potiguar era nomeado de Dom Antônio Felipe Camarão. Outras benesses foram recebidas pelo índio potiguar, logicamente são recompensas pelos serviços prestados nas lutas contra os invasores holandeses.

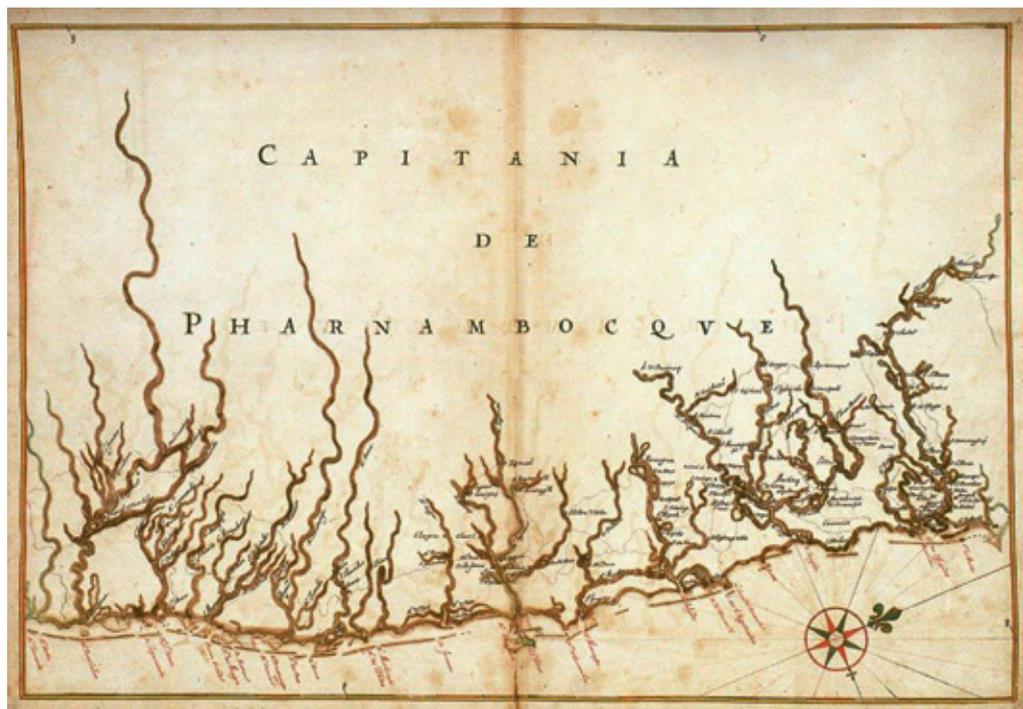
Entretanto Felipe Camarão não teve a honra militar do hábito de Cristo efetivada, segundo a documentação histórica. Na **chancelaria** da Ordem de Cristo, não existe processo de habilitação, nem a carta de hábito, nem o **alvará** para ser armado cavaleiro, apesar de a honra ter sido prometida pelo rei D. João IV. A estratégia do rei, ao prometer mercês, era garantir alianças com grupos indígenas importantes para combater os invasores holandeses.

Contudo Felipe Camarão foi agraciado com o título de comendador da comenda dos moinhos da vila de Soure, que também garantia privilégios. Mas exigia-se um pagamento para usufruir das benesses do título de comendador, algo que não fez por conta da guerra ou da falta de recursos. Como faleceu em 1648, com a guerra para expulsar os holandeses em curso, não conseguiu se inteirar do seu patrimônio.

Em setembro de 1633, o general Matias de Albuquerque surpreendeu os holandeses, que estavam sob o comando do Tenente-Coronel Bijman, quando estes se dirigiam à Vila de Iguarassu. O ataque foi inesperado, já que o local estava sob domínio holandês, e estes não esperavam que o general estivesse sabendo das movimentações deles.

Nessa emboscada, o general mandou os capitães Antônio André e Estevão Álvares, com 50 homens, e Antônio Felipe Camarão, com 180 índios. Depois que estes partiram, Matias de Albuquerque mandou mais gente para ajudá-los nessa empreitada, mas este segundo grupo não chegou a tempo. A emboscada, mesmo assim, teve sucesso e causou grande dano aos holandeses, que se retiraram, por conta do estrago que os exércitos comandados pelo general Albuquerque e Felipe Camarão fizeram.

Em 1636, Felipe Camarão teve atuação muito importante ao repelir os ataques do coronel polonês Arciszewsky, um dos principais oficiais da Companhia das Índias Ocidentais, que comandava um exército bem numeroso. Entretanto o mencionado coronel recuou diante da enérgica defesa de Camarão, e retirou-se para São Lourenço da Mata. O capitão potiguar cumpriu sua missão, que era proteger mais de 2500 pessoas de Goiana, onde tinha se dado o combate, e levar essa gente para um reduto português. Veja o mapa da Capitania de Pernambuco – local das batalhas mencionadas:



Para percebermos o grau do reconhecimento das atuações militares de Felipe Camarão, o próprio Arciszewsky admitira a capacidade militar desse índio, dizendo que havia mais de quarenta anos que militava na Europa, ocupando sempre postos honrosos, e que ninguém lhe abatera o orgulho e o desonorara, senão um índio brasileiro, chamado o Camarão.

Em 1637, a guerra passa a contar com tropas comandadas por Maurício de Nassau. Foi na famosa batalha de Porto Calvo que a atuação de Felipe Camarão teria sido decepcionante. O detalhe da derrota que é interessante: nesse dia, Felipe Camarão ficou bêbado por conta da aguardente que lhe deram, logo nem ele e nem o exército dele conseguiram guerrear contra os flamengos.

Apesar deste episódio, Felipe Camarão obteve grande reconhecimento e respeito já nas guerras de resistência. São várias as passagens de reconhecimento do valor que o chefe índio potiguar conquistara no decorrer das guerras de resistência, como o cronista frei Manoel Calado indica:

“Este índio foi o mais leal soldado que El Rei teve nesta guerra, porque sempre acompanhou aos portugueses com sua gente em todos os trabalhos e fadigas”.

O SUJEITO HISTÓRICO - MAURÍCIO DE NASSAU

Maurício de Nassau nasceu em 1604, no castelo de Dillemburg, na atual Alemanha. Filho do conde João VII de Nassau e da princesa Margarida de Holstein, donos de possessões, tanto na Holanda como na Alemanha, passou sua infância em Siegen, Alemanha, onde teve suas primeiras lições de letras e armas. Com quatorze anos, frequentava as universidades suíças de Basileia e Genebra.

Devido a problemas financeiros, aceitou governar o Brasil holandês entre 1637 e 1644, a serviço da Cia das Índias Ocidentais. Durante o seu governo, Nassau tomou medidas importantes, tais como: investiu na produção açucareira; confiscou e levou a leilão os engenhos abandonados; concedeu liberdade de culto aos católicos; promoveu reformas urbanas; além de trazer uma comitiva composta de naturalistas e pintores para estudar a natureza, a geografia e os **ameríndios**.

As divergências entre Nassau e a Cia das Índias Ocidentais ficaram mais claras, quando Nassau foi acusado de empregar recursos financeiros de forma indevida, além disso, foi responsabilizado por uma derrota militar no Maranhão, em 1642. Sendo assim, Nassau abandonou o governo holandês no Brasil em 1644, pois considerava primordial encontrar uma conciliação entre os luso-brasileiros e a Companhia, enquanto esta buscava objetivos mercantis de curto prazo.



Maurício de Nassau em Cleves (Alemanha), onde faleceu aos 75 anos, em 1679.

Trajetória de Felipe Camarão nas Guerras de Restauração

A trajetória militar de Felipe Camarão nas guerras de restauração limitou-se aos primeiros grandes combates, entre 1645 e 1648, já que o índio potiguar veio a falecer antes do triunfo português, em 1654. Este é o último período das guerras holandesas, sendo marcado pela Restauração e pela derrota definitiva dos holandeses.

A dominação holandesa em Pernambuco, iniciada em 1630, sofreu grande **revés** com a queda dos preços de açúcar na década de 1640. Além do mais, o programa de reconstrução do sistema produtivo, realizado no Governo Nassau (1637-1644), estimulava os comerciantes a concederem empréstimos aos senhores de engenho e lavradores, endividando-os. Com a crise, os capitais retornaram à Europa, e a Companhia das Índias Ocidentais teve de encampar as dívidas e pressionar os colonos. Assim, começou a revolta dos luso-brasileiros, que não mais contavam com a ação conciliadora de Nassau.

DESSENVOLVENDO A HISTÓRIA

O termo Restauração é referente à independência do reino português diante da Espanha, em 1640, colocando um fim na “União Ibérica”. Contudo houve um deslizamento do termo Restauração para Pernambuco, sendo utilizado nas guerras que expulsaram os holandeses do Brasil, em 1654.

A partir de 1644, iniciou-se um movimento de tropas entre a Bahia e Pernambuco. André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira planejaram, em segredo, ataques às áreas holandesas, e contaram com o apoio militar do chefe potiguar Felipe Camarão e com as tropas do negro Henrique Dias.

Em 1645, o mestre de Campo André Vidal de Negreiros, o Governador João Fernandes Vieira, além de Dom Antônio Felipe Camarão, partiram para a reconquista da Ilha de Itamaracá, sendo esta chamada pelos holandeses de Cidade Schkoppe (Homenagem a Von Sigismund Schkoppe – chefe militar das forças terrestres holandesas), mas depois de muitas horas de luta, os flamengos conseguiram repelir os luso-brasileiros. Nessa batalha, o capitão-mor dos índios, o governador João Fernandes Vieira e o mestre de campo Vidal de Negreiros foram acertados com tiros de pistola, mas conseguiram sobreviver.

No final de 1645, Camarão começou a se preparar para uma grande batalha no distrito do Rio Grande, em Cunhaú. Na crônica “*O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*”, frei Manoel Calado mostra os aspectos religiosos do índio potiguar, e cita uma passagem em que Felipe Camarão tira um relicário do peito e

começa a rezar. E depois, com um semblante feliz e grave aspecto, começa a discursar para os seus soldados em nome da causa portuguesa, como podemos perceber nesse pequeno trecho:

A causa desta guerra e a razão são justas. Querem saber qual é? É acudir nosso Rei, defender a pátria e a fé (...).

Segundo frei Manoel Calado, as tropas de Camarão destroçaram o exército flamengo nessa batalha, revelando que os flecheiros de Camarão os fizeram arrepiar a carreira, fincando alguns no rio, bebendo mais água do que queriam e servindo de mantimento para os peixes. O cronista cita que Camarão ficou quatro dias no campo celebrando a vitória, além de agradecer a Deus, para depois se dirigir à Paraíba, onde teria novas batalhas.

O chefe potiguar era conhecido por ser fiel aos preceitos da doutrina católica. O fragmento abaixo, extraído da crônica de Diogo Lopes, ilustra a apropriação dos valores portugueses, por conseguinte, da própria história colonial, na medida em que o índio potiguar se incluiu nela, colocando-se ao lado dos vencedores e proclamando igualmente suas glórias e feitos históricos, reconstruindo junto sua identidade, sua história e memória:

“Tornando ao Camarão e seu exército, festejaram grandemente a vitória e deram graças a Deus, principalmente o índio Camarão, que rendeu infinitas graças a aquele poder divino, de que tudo depende, porque foi homem temente a Deus e bom cristão; e antes de entrar na batalha fez uma devota oração, tirando um relicário que sempre consigo trazia, o qual de uma parte tinha esmaltada a imagem de Cristo, e da outra a da Virgem Maria, Nossa Senhora, das quais ele era muito devoto, e depois de beijar estas santas imagens com muita devoção (...).”

Em 1648, Dom Antônio Felipe Camarão ainda participara da primeira batalha dos Guararapes, mas acometido de febre maligna, não conseguiu ver o triunfo da Restauração Pernambucana. A morte deste índio foi muito sentida, como revela Filipe Bandeira de Melo, Tenente do mestre-de-campo Francisco Barreto, em uma carta ao rei, datada do Arraial do Bom Jesus, em 19 de maio: “O Capitão-mor Camarão morreu um dia destes, e foi grande perda. Fizemos-lhe as honras com tudo

o que a capacidade desta campanha deu lugar”. É importante observarmos que as ações deste índio ficaram na memória da Restauração Pernambucana, já sendo reconhecidas pelos cronistas Diogo Lopes de Santiago e frei Manoel Calado no decorrer da guerra.

O cronista Diogo Lopes exalta a participação do índio potiguar nas guerras holandesas, a sua fidelidade à nação portuguesa e a sua religiosidade. Por fim, ele descreve o funeral, mostrando que Camarão fora enterrado de acordo com a doutrina cristã, além de ter sido muito honrado e respeitado:

“Por este tempo morreu o governador dos índios, D. Antônio Felipe Camarão, tão afamado e nomeado nestas campanhas por seus ilustres feitos, deixando a todos geralmente sentidos de sua morte, sabendo a falta que fazia, sendo este índio tão fidelíssimo à nação portuguesa, acompanhando sempre os portugueses, (...) sendo bastante experimentado soldado e grande ardiloso na guerra, e muito bom cristão. (...) Por ser entre eles pessoa muito principal, e a quem todos os índios destas capitânicas obedeciam; chamava-se antes de ter o Dom, Antônio Poti, que na sua língua quer dizer-Camarão; e era tão exato em suas coisas (...). Foi enterrado com muita honra e pompa funeral na igreja do arraial, deixando seus soldados índios tristes pela sua morte. (...) e é para notar que a última ocasião que este se apresentou em vida, foi à batalha dos Guararapes primeira, e daí a coisa de um mês se lhe seguiu a morte de doença; porque homem tão animoso à última pendência da vida, que foi tão famosa, fosse a que fechasse a mesma vida a suas proezas(...).”

Enfim, as derrotas holandesas, sobretudo nas duas batalhas dos Guararapes (1648-49), levaram os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos a abandonarem a reconquista do território Nordeste. Em 26 de janeiro de 1654, renderam-se os holandeses no Recife, com a Capitulação da Campina da Taborda, reconhecendo que sua derrota era definitiva.

TÁ LIGADO NAS BATALHAS DOS GUARARAPES?

Os dois confrontos decisivos entre as tropas portuguesas e flamengas ficaram conhecidos como Batalhas dos Guararapes, ocorridas entre 1648 e 1649. As duas batalhas foram responsáveis pelo enfraquecimento das tropas holandesas, culminando posteriormente no fim da ocupação flamenga do nordeste brasileiro, em 1654.

Dentro da historiografia brasileira, Guararapes é celebrada como o momento em que os habitantes da América portuguesa ajudaram a moldar aquilo que se tornaria a identidade brasileira, pois, pela primeira vez, os principais grupos étnicos do futuro país se uniram para rechaçar a fragmentação do território.

O Morro dos Guararapes é um morro localizado no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O morro foi tombado, em 1965, pelo presidente Castelo Branco. Atualmente, está inserido no Parque Histórico dos Guararapes, fundado em 1971, sob a guarda do Exército Brasileiro.

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, templo barroco situado no topo do morro, guarda os restos mortais de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, considerados dois dos heróis da Restauração Pernambucana, em 1654.

Vamos observar três imagens: a do morro dos Guararapes, a da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes e a tela clássica de Victor Meirelles.



Morro dos Guararapes, local onde foram travadas as Batalhas dos Guararapes, com Recife ao fundo.



Vista aérea da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, no Parque Histórico Nacional dos Guararapes – Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.



A Batalha dos Guararapes, óleo sobre tela por Victor Meirelles – Batalha dos Guararapes (1648-49)



Felipe Camarão no Imaginário da Restauração

Felipe Camarão na memória da Restauração

É interessante observar o imaginário construído sobre Felipe Camarão a partir da restauração, fim do domínio dos holandeses. O objetivo é perceber a produção de imagens, ideias, concepções, visões de um indivíduo ou de grupos que vivenciaram ou não as guerras pernambucanas, sobre o personagem indígena Dom Antônio Felipe Camarão.

Essas imagens ou visões do **nativismo** do “tempo dos flamengos” deve muito às crônicas luso-brasileiras que relatam as guerras holandesas, mencionadas no *Desvendando a História*, do capítulo 1. A partir dessas obras, de cronistas do século XVII e XVIII, que a memória pernambucana enalteceu determinados heróis e acontecimentos, em detrimento de outros. Todavia não podemos nos esquecer da importância dos anos que sucederam a Restauração pernambucana, por ser esse contexto histórico um elemento fundamental para a formação do imaginário desta Restauração.

No século XVII, o discurso nativista teria imprimido um tom amistoso em relação à metrópole. Os próprios cronistas Frei Manoel Calado e Diogo Lopes Santiago iniciaram suas obras citando a restauração portuguesa (1640), que colocou um fim na União Ibérica, e logo depois, a teria relacionado com o que seria a restauração pernambucana (1654), desejando evidenciar um desdobramento da primeira.

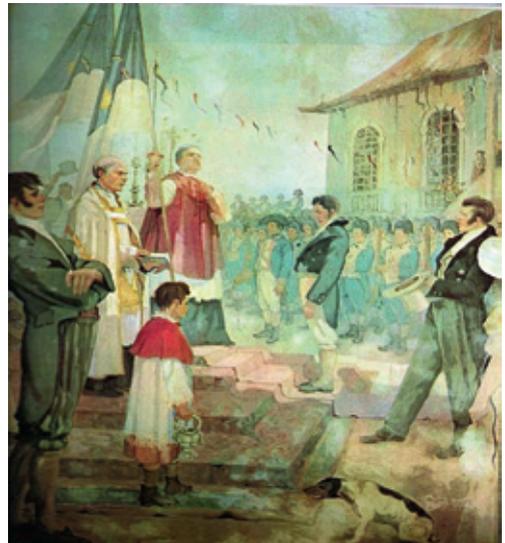
TÁ LIGADO NA GUERRA DOS MASCATES?

A guerra dos Mascates ocorreu em Pernambuco nos anos de 1710-11. A guerra foi travada entre membros da nobreza açucareira de Olinda e os comerciantes portugueses de Recife. Mascate é alusivo a pequenos mercadores ou ambulantes, sendo assim, o termo considerado inadequado por muitos historiadores, já que os comerciantes em questão eram “homens de negócios”, portanto grandes comerciantes que rivalizavam com a nobreza açucareira de Olinda.

A importância crescente de Recife, depois da Restauração pernambucana, em 1654, fez com que esses grandes comerciantes reivindicassem junto a Portugal a separação de Olinda e a elevação da praça à categoria de vila. Essas reivindicações não eram aceitas pela nobreza da terra de Olinda, pois queriam manter o controle administrativo sobre Recife, sendo um fator importante para o conflito.

A “**nobreza da terra**” do século XVII se encontrava de certa forma ligada à metrópole. Portanto, nesse momento inicial, o discurso nativista procurou enfatizar a fidelidade da “nobreza da terra” em relação à Coroa, daí associar a Restauração pernambucana com a Restauração portuguesa. Contudo, a partir de 1710-11, com o conflito entre a “nobreza da terra” de Olinda e os “**Mascates**” de Recife, esse discurso se modificaria. Com o desenrolar da Guerra dos Mascates, essa nobreza passou a caracterizar a restauração pernambucana como um fenômeno ocorrido às custas de sangue, vidas e fazendas dos colonos, e não da metrópole.

O discurso crítico à metrópole acentuou-se no século XIX, com a Revolução de 1817, em Pernambuco. É importante mencionar que o movimento de 1817 teve tendência autonomista e republicana, sendo identificado, sobretudo após a Proclamação da República, pela maior parte da historiografia brasileira, como um marco no caminho para a Independência e para o regime republicano. Esse aspecto é revelador, já que, nos momentos de grandes tensões, o discurso nativista mostrou-se bastante crítico à Coroa, diferentemente do que ocorreu no século XVII, quando a **aristocracia** açucareira demonstrava fidelidade ao rei.



Bênção das bandeiras da Revolução de 1817, óleo sobre tela de Antônio Parreiras. (Wikipédia)

TÁ LIGADO NA REVOLUÇÃO DE 1817?

A revolução de 1817, em Pernambuco, foi um movimento de tendências autonomista e republicana. Este pode ser compreendido como uma insatisfação das elites com os impostos excessivos, resultado da transferência da Família real de Lisboa para o Rio de Janeiro, além dos privilégios dados às elites cariocas.

Por fim, podemos citar o sentimento **antilusitano**, construído historicamente a partir do imaginário da província de Pernambuco. Basta lembrar das lutas contra os holandeses no século XVII, além da Guerra dos Mascates, que estimulou o crescimento desse sentimento de aversão aos portugueses.

Portanto, a Revolução de 1817 foi um momento importante, e até mesmo decisivo, para a formação de um imaginário nativista. Além disso, esse movimento exaltou a participação de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, indicando a apropriação destes de um discurso político que exalta Pernambuco, como podemos ilustrar nesta passagem: “Eia, filhos da pátria (proclamava o Governo Provisório), herdeiros naturais da bravura e da glória dos Vieiras e Vidais, dos Dias e Camarões, vinde sem perda de tempo alistar-vos debaixo das bandeiras da nossa liberdade.”

Recorrendo ao historiador Evaldo Cabral de Mello, pode-se sustentar que a restauração foi alcançada às custas de sangue, vidas e fazendas da gente da terra, através de uma aliança dos grupos étnicos que compunham a população local, não evidentemente em pé de igualdade, mas sob a direção da “nobreza da terra” e dos reinóis radicados em Pernambuco. Essa noção já fora consagrada pelo imaginário nativista no começo do século XVIII, mediante o simbolismo de uma **tetrarquia** de heróis, a quem se devia o culto cívico tributado aos verdadeiros “pais da pátria”.

Na crônica *Desagravos do Brasil*, de Loreto Couto, do século XVIII, Felipe Camarão é extremamente exaltado. O índio potiguar é lembrado como uma grande liderança indígena, ao ter valores reconhecidos, como a fidelidade, honra e bravura. Ao revelar suas habilidades militares, Couto enumera os títulos recebidos por Camarão:

“Seu nome como memorial de suas proezas, se ouvia entre os nossos com respeito, e entre os inimigos com espanto, e dilatou-o de sorte a fama, que chegou aos ouvidos do seu rei tão distante... Sem petição de sua parte o despachou com hábito de Cristo, título de dom, e posto de governador geral de todos os índios da América, limitado para seus grandes merecimentos”.

Apesar de **monumentalizar** Felipe Camarão, Domingos Loreto Couto não escondeu o juízo de valor que nutria em face dos índios, colocando-os como inferiores em comparação aos luso-brasileiros. Diante disso, o cronista coloca Felipe Camarão em uma posição de destaque – *“Nasceu índio, porem nobre entre os índios [...] No tempo de Matias de Albuquerque era já respeitado”*.

O século XIX é marcado pelo esforço para a produção dos **vultos nacionais**. No Brasil independente, a tarefa de **recensear** e homenagear os grandes mortos cabe, principalmente, aos membros das instituições culturais e artísticas do Império. Encarregado de auxiliar o governo imperial na definição de um projeto identitário nacional, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) assume a missão de selecionar, no passado, quais seriam as figuras dignas de serem lembradas.

Entre os fundadores do IHGB, Januário da Cunha Barbosa foi o que deu maior importância à biografia. Segundo Januário, era preciso usar a vida dos homens ilustres como exemplos virtuosos. Foi nesse cenário que despertou um interesse em criar uma “galeria” de exemplos nacionais. É o “velho” conceito da história como a mestra da vida que cultua os grandes vultos. Daí certa insistência em biografias de vultos tidos como exemplares.

Os “brasileiros ilustres” são salvos do esquecimento sob a forma de dicionários, como desejava Barbosa. Essa preocupação biográfica esteve presente já no segundo número da Revista do IHGB, que continha uma rubrica intitulada “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes”. Entre 1839 e 1888, 118 personagens foram aí destacados. Embora a seção, por vezes, tenha desaparecido da revista (como entre 1852 e 1856), isso não impediu que fossem publicados artigos biográficos ou **necrológios** minuciosos.

A importância da guerra contra os holandeses na historiografia brasileira do século XIX foi sublinhada por muitos autores do período. Nesse episódio, com efeito, convergem todos os ingredientes do romance nacional que se tenta escrever. Contra o “invasor” estrangeiro, o sentimento patriótico mobiliza as “três raças”, e as incita ao heroísmo. Essa moral é resumida pela primeira batalha dos Guararapes, em que se distinguiram as figuras de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias.

Com a força do romantismo e de seu indianismo no século XIX, os estudos acerca do período holandês crescem e engrandecem a figura de Felipe Camarão. A memória do índio potiguar recebeu várias homenagens da Revista do IHGB, sob a forma de numerosas notícias biográficas. Do mesmo modo, sua mulher, Clara Camarão, e seu sobrinho, Diogo Camarão. Os autores indianistas veem no índio Felipe a confirmação de suas convicções sobre a grandeza dos habitantes da terra. Sendo assim, tornou-se uma unanimidade o chefe potiguar.

No IHGB, prevalecia uma visão de que os índios poderiam ser resgatados do seu “estado bárbaro” e trazidos à “civilização”. Esses intelectuais eram influenciados

TA LIGADO NO ROMANTISMO NO BRASIL?

O Romantismo foi para além da literatura, um movimento artístico e filosófico que surgiu no final do século XVIII na Europa, indo até o final do século XIX. No Brasil, porém, o movimento romântico assumiu características bastante específicas, sendo contemporâneo ao processo de construção do Estado brasileiro.

A mais importante e original frente às temáticas românticas europeias é o indianismo. Este foi um projeto artístico e patriótico que marcou a literatura brasileira, com objetivos de construir símbolos de uma nacionalidade, no contexto do Segundo Reinado (1840-1889).

No Brasil, os escritos de Gonçalves Dias, José de Alencar e Gonçalves de Magalhães simbolizam o movimento indianista. Essa tendência literária romântica marcou o pensamento dos séculos XIX e XX, ao edificar o índio como símbolo emblemático da identidade nacional.

pelas concepções do evolucionismo social, que afirmava que as sociedades originavam-se de “estágios primitivos” e, gradativamente, tornavam-se mais “civilizadas”. No Instituto, os índios foram representados como símbolo da identidade nacional, embora o historiador Francisco Varnhagen, um dos principais representantes do Instituto, fosse contra essa idealização.

O historiador Francisco Varnhagen foi o maior expoente da historiografia oitocentista. Sua obra é marcada pelo histórico que fez da colonização portuguesa, exaltando a postura do poder metropolitano. Teve muito mais sensibilidade e receptividade para com o colonizador do que para com o colonizado, como se evidencia por sua condenação a todos os protestos ou rebeldias contra a metrópole. O historiador não fica a favor do índio que não se submete às tentativas de “civilização”, nem do negro que foge e se une aos seus, fazendo quilombos.

É importante percebermos que esse historiador foi influenciado pelas doutrinas raciais que estavam sendo difundidas na Europa, no século XIX, e que logo chegariam ao Brasil. Segundo a doutrina dominante nesse tempo, a humanidade era composta de uma única espécie, mas que, apesar disso, apresentava a capacidade de aperfeiçoar-se, através de uma evolução realizada em uma direção que a conduziria a uma superioridade física e mental, sintetizada na “civilização” branca e europeia.

Entretanto, como aponta a historiadora Lilia Schwarcz, “ser civilizado” – ou seja, ter a característica do mais alto grau de evolução humana – não é algo que esteja a alcance de todos os seres humanos, na visão dos homens daquele século. E isso fica mais claro quando, no início do século XIX, o termo “raça” ganha novos sentidos, segundo Schwarcz, inaugurando “a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”.

A partir deste conceito, tanto os atributos de caráter físico como os de personalidade passam a ser entendidos como elementos determinados biologicamente.

Por isso Varnhagen, ao falar dos índios, refere-se a eles, entre outras formas, como “ferozes assassinos”. Quanto ao negro, chama-o de “bárbaro aquilombado”. É notório que o historiador Francisco Varnhagen nunca teve simpatia pelo índio, nem pelo negro. Todavia o historiador, de forma surpreendente, trabalhou com **etnografia** e linguística americana, contribuindo nos estudos sobre os costumes e crenças dos tupis.

Embora a visão de Varnhagen sobre os índios seja racista e hierarquizada, com relação ao chefe potiguar, ele tem um posicionamento diferente, já que reconhece a importância do índio potiguar nas guerras holandesas. Vamos verificar dois fragmentos de seu livro, a *História das lutas com os holandeses no Brasil*, que comprovam essa valorização específica, todavia ele não deixa de inferiorizar os outros índios.

“Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de gerações; sim, deve abismar-nos a magia da educação que ministrada, embora a força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, que pode conseguir um cidadão útil a si e à Pátria.”

“Quanto ao Camarão, devemos dizer que ele cumpriu o seu mandato muito além do que se podia esperar. Desde que se apresentou como vencedor, grande número de índios que estavam com o inimigo, com essa fidelidade flutuante comum a todo povo bárbaro, segundo já reconhecia a antiguidade, abandonaram-no e prestaram obediência ao mesmo Camarão, que, com seu auxílio, conseguiu dominar todo o sertão do Norte, chegando até os confins do Ceará”

Essa postura diferenciada é interessantíssima, pois, a todo momento, Varnhagen justifica a exaltação de Camarão também por uma situação diferenciada, dizendo que ele já está “associado à causa da civilização”. Além do mais, mesmo influenciado pelas doutrinas racialistas, o historiador exalta Felipe Camarão, tendo contribuído para a consolidação deste personagem histórico como herói nacional, como segue o trecho abaixo:

“[...] o célebre varão índio não deixava de prestar de contínuo aos nossos muito importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses, em todas as capitanias do norte, desde a Bahia até o Ceará. Consta que este chefe era muito bem inclinado, comedido e cortês, e no falar muito grave e formal; e não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho no latim.”

Um tema recorrente da historiografia brasileira dos séculos XIX e XX foi o “mito da brasilidade”. Este teria se delineado durante a invasão holandesa, quando índios, negros e brancos teriam se unido para combater o invasor holandês. Este mito foi pensado originalmente por Varnhagen, quando, ao analisar as guerras luso-flamengas, referiu-se à união das “três raças – os índios, os negros e os brancos europeus”. Com participação destacada e exaltada nessas guerras, o índio Felipe Camarão teve consolidada a sua imagem como herói nacional.

O historiador Francisco Varnhagen entende que as guerras holandesas trouxeram vantagens para Pernambuco e acredita que o contato com o invasor teria promovido a fraternidade entre os pernambucanos, sendo até mesmo capaz de transpor os rígidos limites da hierarquia social. Essa aproximação entre negros, índios e portugueses teria fomentado um espírito público, como podemos observar na passagem abaixo:

“(...) a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo comum fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado brasileiro, ou do índio amigo (...) por outro lado também o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitanias com as outras, e estabeleceu maior fraternidade, de modo que quase se pode assegurar que dessa guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil”.

De maneira semelhante, no prefácio escrito por Gilberto Freyre (do livro *Tempo dos Flamengos*, do autor José Antônio Gonsalves de Mello), quando ele pensa sobre a ocupação holandesa do século XVII, procura ressaltar as “cicatrizes honrosas” que esse período teria deixado. Gilberto Freyre (1900-1987) foi um sociólogo, historiador e ensaísta brasileiro. Autor de “Casa Grande & Senzala”, que é considerada uma das obras mais representativas sobre a formação da sociedade brasileira.

Como Varnhagen, Freyre acredita que foi durante a invasão holandesa que, pela primeira vez, teria se manifestado uma “consciência de espécie”, como a passagem do prefácio do livro *Tempo dos Flamengos* indica:

“Foi, com efeito, durante esses vinte e quatro anos de dominação de grande parte da América portuguesa pelos holandeses, que se esboçou entre nós aquela “consciência de espécie” – no caso, a luso-brasileira – hoje afirmada em consciência nacional. O invasor despertou-a.”

Recorrendo-se ainda ao prefácio, é possível extrair uma avaliação positiva dos anos de ocupação dos holandeses no Brasil. Embora não procure afirmar que o contato com a Holanda teria difundido valores como os de liberdade e independência, esse contato teria fomentado um importante sentimento de união. A presença do invasor teria aproximado portugueses, negros e índios, de forma a unir estas três raças em torno do objetivo comum de expulsar os invasores. Esse teria sido o mais importante legado dos anos de ocupação holandesa, na visão de Freyre.

Por fim, não podemos deixar de mencionar uma obra importante: *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu (1853-1927). Este qualificava o povo brasileiro como um mestiço de branco e índio, diferenciando-se de Varnhagen, que defendia um Brasil português e branco. No livro de Capistrano, os índios ganharam destaque na formação do Brasil, ao serem descritos em seus hábitos, línguas, costumes.

Felipe Camarão também é citado em sua obra de forma enaltecida, sendo reconhecido pela sua fidelidade à coroa portuguesa, como pode ser verificado:

“[...] Entre estes logo apareceu com um brilho que irá sempre crescer, Antônio Camarão, chefe potiguar de 28 anos de idade, o mais fiel e precioso dos auxiliares”.

Como foi mencionado anteriormente, Capistrano de Abreu também compartilha da ideia da formação de um espírito nacional, durante a Restauração Pernambucana, exaltando também a aliança dos grupos étnicos que foram responsáveis pela expulsão dos holandeses, como o fragmento nos indica:

*“Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, **ilhéus** como Vieira, **mazombos** como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mulatos, mestiços de todas as matrizes combateram unânimes pela liberdade divina.”*

Felipe Camarão entre os demais restauradores

Os restauradores de Pernambuco passaram a figurar na memória nativista através do simbolismo de uma tetrarquia de heróis. Desta forma, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias são elevados à condição de heróis. É possível observar a presença de um **reinol**, João Fernandes Vieira, de um “mazombo”, André Negreiros, do índio Camarão e do negro Henrique Dias.

OUTRA DIMENSÃO

o SUJEITO HISTÓRICO - JOÃO FERNANDES VIEIRA

João Fernandes Vieira nasceu na ilha da Madeira, era mulato e de origem humilde, sendo a data incerta para os historiadores. Na época da invasão holandesa, estava em Pernambuco e vivia em grandes dificuldades econômicas. Mas a adesão à causa holandesa lhe fez adquirir alguns meios de fortuna.

Na época de Nassau (1637-44), administrou engenhos, recorreu aos empréstimos da Companhia das Índias Ocidentais e comprou propriedades abandonadas por conta das guerras. Colaborou ativamente para a instalação e o funcionamento do governo holandês, exercendo funções na administração municipal do governo de Nassau.

Com a queda dos preços do açúcar no mercado internacional e a demissão de Nassau, a situação ficou complicada para Vieira. A nova administração da Cia das Índias decidiu cobrar as dívidas dos senhores de engenho e consta que ele era um dos maiores devedores. Sendo assim, João Fernandes Vieira rompeu com os antigos aliados e atuou nas principais batalhas que levaram à derrota e à expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, em 1654.



Retrato anônimo de João Fernandes Vieira, século XVII, Museu do Estado de Pernambuco.

OUTRA DIMENSÃO

O SUJEITO HISTÓRICO - HENRIQUE DIAS

No contexto das invasões holandesas, ofereceu-se como voluntário ao militar Matias de Albuquerque, para lutar contra os holandeses, comandando um exército de negros libertos, participou de forma decisiva de várias frentes, contribuindo para libertar Pernambuco, em 1654.

Henrique Dias era natural da capitania de Pernambuco, nascido em data desconhecida, possivelmente entre o final do século XVI e início do XVII, mas não sabemos se era escravo ou livre.

Depois de 1635, tendo os holandeses ocupado o território, Henrique Dias permaneceu em Pernambuco, sendo nomeado, por carta régia, governador dos negros com a missão de combater os holandeses.

A participação de Dias nas guerras pernambucanas já era reconhecida pelo rei D. João IV. Este prometeu um hábito das três ordens militares e outros privilégios, mas, para contar com o título, precisava ser submetido à habilitação na administração portuguesa chamada Mesa da Consciência e Ordens.

Da mesma forma que ocorreu com Felipe Camarão, a promessa não foi efetivada, por conta das dificuldades financeiras e os entraves da guerra para conseguir tomar posse formalmente do título de cavaleiro. Henrique Dias faleceu em 1662 e tornou-se um dos mitos da Restauração Pernambucana, se juntando à categoria de herói com João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Felipe Camarão.



Retrato de Henrique Dias, de autor anônimo, acervo do Museu do Estado de Pernambuco.

OUTRA DIMENSÃO

O SUJEITO HISTÓRICO - ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS

André Vidal de Negreiros era filho de senhor de engenho e nasceu na Paraíba, em data desconhecida. É considerado um dos heróis da Restauração pernambucana, pois participou ativamente das guerras contra os holandeses, no século XVII.

Em 1642, esteve em Lisboa, onde o rei D. João IV fez a promessa de lhe conceder o governo do Maranhão, depois de restaurada a capitania. Vidal teve participação decisiva nas Batalhas de Guararapes (1648-49) e na tomada do Recife, em 1654.

Depois da Restauração (1654), como recompensa, Negreiros governou o Maranhão, Pernambuco, Angola e novamente Pernambuco. Esses cargos demonstram seu prestígio em Lisboa, sendo assim considerado, pelo historiador Francisco Varnhagen, o verdadeiro condutor da Insurreição Pernambucana.



Retrato anônimo de André Vidal de Negreiros. Século XVII, Museu do Estado de Pernambuco.

O que à primeira vista poderia sugerir uma tetrarquia que valorizaria igualmente colonos, colonizadores, negros e índios, constitui na verdade um simbolismo inter-racial, porém hierarquizado.

A memória da Restauração, dessa forma, agia no sentido de consolidar a imagem de uma guerra que contou com a aliança de diferentes grupos étnicos, mas que foi dirigida pela «nobreza da terra» e pelos reinóis estabelecidos em Pernambuco. As primeiras manifestações do nativismo, portanto, procuraram reproduzir a hierarquia da sociedade pernambucana no simbolismo dos heróis restauradores.

O historiador Evaldo Cabral de Mello demonstra que as formas de apropriação desses heróis dependiam das estruturas de poder vigentes. Em meio à disputa entre «mazombos» e reinóis, houve resistência em valorizar o nome de Vieira, uma vez que a «nobreza da terra» visava consolidar um representante seu na tetrarquia de heróis. Todavia, algumas gerações após a Insurreição, a figura de Vieira é amplamente aceita junto à de André Negreiros.

É notório que o índio Camarão e o negro Henrique Dias, na tetrarquia de heróis, ocuparam posições menos nobres que a dos demais restauradores no século XVII e XVIII. Entretanto, a partir do século XIX, a tetrarquia nativista dá lugar a uma nova simbologia, que atravessa as fronteiras de Pernambuco e passa a ser apropriada pela memória nacional.

A Restauração Pernambucana é então lembrada como o episódio que inaugurou a aliança entre negros, brancos e índios. Reunidos em torno do objetivo comum de expulsar o invasor holandês, teriam manifestado as primeiras formas de nacionalismo. Marco da formulação desta mitologia é a interpretação de Varnhagen sobre as guerras holandesas, conforme exposto anteriormente.

Em suma, a mitologia acerca da união entre as três raças gozou de grande aceitação, constituindo elemento fundamental do imaginário nacional. Foi proferida por diversos intelectuais e ensaístas ao longo do século XX, mas se tornou conhecida, sobretudo, através da obra de Gilberto Freyre. Na esteira desse mito, Felipe Camarão, assim como Henrique Dias, foram então alçados à categoria de heróis nacionais, deixando de figurar apenas como personagens da Insurreição Pernambucana.



D. Antonio Felipe Camarão
LIMA, Jose Inácio de Abreu.
Compêndio da História do Brasil, 1895.

CONCLUSÃO

É importante constatar que a lei 11.645/08, que torna obrigatório, no currículo da educação básica, o estudo da história e da cultura indígena, é fruto das demandas dos povos indígenas que reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos. Esse novo cenário político é resultado da organização e mobilização de diferentes movimentos sociais, que lutam para promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país plural e múltiplo.

Entretanto, a respeito dos livros didáticos atuais, percebemos que eles dedicam um pequeno espaço para as discussões sobre a temática indígena. São passadas concepções fragmentadas, folclorizadas e simplistas, existem muitos silêncios em volta do assunto, mesmo vigorando uma lei que obriga a temática nas escolas. Apesar de a história indígena vivenciar, desde os anos 90, uma renovação importante nos meios acadêmicos, com inúmeras teses sobre a temática.

É necessário incluir, no planejamento de História, de Língua Portuguesa, de Geografia e Sociologia, discussões e atividades sobre a cultura indígena, ao longo do ano todo. No entanto as escolas continuam recorrendo à data cívica do “Dia do Índio” para realizar atividades sobre a temática. Além disso, é comum as crianças serem pintadas e usarem fantasias, vistas como “trajes típicos” dos índios. A maneira como essas atividades são conduzidas acaba reforçando antigos preconceitos e estereótipos, e não gera aprendizagem alguma.

Atualmente, a discussão sobre diversidade cultural já é uma realidade educacional. Este é o cenário ideal para tentar uma aproximação efetiva com o universo sociocultural indígena, buscando superar desinformações, equívocos e a ignorância, que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas. Para isso, é fundamental a formação continuada dos professores e incluir a temática nas capacitações, seminários e cursos, estimulando o conhecimento sobre esses povos.

O livro procurou, a partir de uma nova abordagem sobre a vivência no mundo colonial, desmontar alguns estereótipos sobre as relações de aliança e colaboração dos índios com os europeus. Ao leitor, foi apresentada a história do índio Felipe Camarão e de seus familiares, no contexto das guerras pernambucasas do século XVII. Decerto que é fundamental que outras histórias de índios sejam escritas para inserir, de forma efetiva, a temática na educação.

GLOSSÁRIO

Abjurar – abandonar a sua religião.

Aculturado – processo de modificação cultural de um indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos.

Aldeado – que vive em aldeia jesuítica.

Alvará – documento emitido por autoridade judicial ou administrativa, que ordena ou autoriza a alguém a prática de determinado ato.

Ameríndio – índio do continente americano.

Antilusitano – que é contra portugal, o povo português ou a língua e a cultura portuguesa.

Aristocracia – organização sociopolítica em que uma classe composta de pessoas nobres e privilegiadas monopoliza o poder.

Batavo – holandês.

Bélico – referente a guerra.

Broquel – escudo, instrumento usado para se proteger nas batalhas.

Calvinismo – doutrina baseada nos princípios teológicos formulados por João Calvino, um dos grandes teólogos da reforma protestante; vertente do protestantismo.

Capitão-mor – autoridade que comandava a milícia de uma cidade ou vila, responsável pela defesa do território.

Carta régia – documento oficial assinado por um monarca (rei), que segue para uma autoridade sem passar pela chancelaria, geralmente contendo determinações gerais e permanentes.

Chancelaria – repartição pública onde se aplica o selo do estado em documentos; repartição encarregada dos serviços diplomáticos no exterior (resolução de situações em outros países).

Cisão – separação, desacordo.

Comenda – condecoração concedida a pessoas que se destacam em suas áreas de atuação, como por exemplo, em guerras.

Companhia das Índias Ocidentais – organização de comerciantes holandeses, que se tornou instrumento da colonização holandesa nas Américas e foi responsável pela ocupação de áreas no nordeste brasileiro, no século XVII.

Companhia de Jesus – ordem religiosa fundada no século XVI por Santo Inácio de Loyola.

Dinastia – sucessão, sequência de pessoas de uma mesma família.

Enaltecido – elevado, valorizado, admirado.

Esquadra – conjunto de navios de guerra.

Etnografia – estudo de povos e etnias (grupos sociais diferenciados de outros, por possuírem características em comum, como cultura, religião, língua, comportamento, origem, história, etc.)

Fidalgo – aquele que tem título de nobreza.

Flamengo – holandês.

Forro – escravo liberto, alforriado.

Hábito da Ordem de Cristo – uma honraria (mercê) militar acompanhado de um pequeno rendimento monetário e importantes privilégios jurídicos e fiscais – além de carregar o significado de leal servidor da monarquia.

Hábito de Santiago – uma honraria (mercê) militar de origem ibérica instituída por afonso viii de castela e aprovada pelo papa alexandre iii, mediante uma bula imposta em 5 de julho de 1175.

Herege – católico que se recusa a aceitar ou questiona as regras do catolicismo.

Historiografia – trabalho de estudar e descrever a história, realizado pelo historiador. As interpretações criadas pelos historiadores para explicar os processos históricos, orientados por métodos, fontes e o próprio universo cultural do historiador. Essa produção pode ser chamada de historiografia.

Ilhéu – natural ou habitante de uma ilha.

Imunidade – liberação do cumprimento de obrigações, em função do cargo exercido.

Luso / lusitano – português

Mascate – vendedor ambulante vindo de portugal, que se estabeleceu no Recife, após a invasão holandesa, e foi assim chamado pelos portugueses de olinda, de onde se originou o nome guerra dos mascates.

Masmorra – prisão subterrânea

Mazombo – aquele que nasceu no Brasil, mas é filho de pais estrangeiros, especialmente portugueses. Nome pelo qual eram conhecidos aqueles que já haviam nascido em terras brasileiras, ao contrário dos reinóis, que são os naturais de Portugal ou das ilhas.

Mercê – favor, recompensa por serviços prestados, concessão de título de honra.

Missão Jesuíta – grupo de pessoas (membros da companhia de Jesus) dedicadas à evangelização ou catequese dos índios, ao ensino da doutrina católica.

Monumentalizar – transformar em monumento (obra erguida em homenagem a alguém ou para comemorar algum acontecimento importante); encher um local de monumentos.

Nativismo – atitude em que se tende a favorecer ao máximo os naturais de um país (aqueles que nasceram no país), em sentido contrário aos outros habitantes.

Naturalidade – local de nascimento (município, estado, região).

Navio corsário – embarcação cujo comandante era autorizado a atacar navios de outra nação.

Necrológio – notícia impressa sobre o falecimento de alguém; elogio, oral ou escrito, a pessoa falecida; relação de óbitos (mortes).

Nobreza da terra – senhores de engenho e proprietários de terras e escravos

Ordem de Cristo – uma ordem religioso-militar portuguesa sob o controle da coroa desde finais do século xv.

Panteão nacional – local destinado a homenagear e a eternizar a memória dos cidadãos portugueses que se destacaram por serviços prestados ao país, no exercício de altos cargos, serviços militares, etc. As homenagens podem ser: os restos mortais desses cidadãos, que são depositados lá, ou lápides (placas), onde são descritas sua vida e obra.

Patente – documento de concessão de títulos, posto ou privilégios.

Pérfido – falso, que trai a fé jurada.

Perjuro – que trai seu próprio juramento.

Potiguar – tribo indígena que se localizava principalmente nas capitanias do rio grande, paraíba, pernambuco e ceará.

Pseudônimo – nome falso adotado por alguns autores, com a intenção de ocultar seu verdadeiro nome.

Recensear – fazer arrolamento (listagem) ou enumeração de população, com informações e dados pessoais; arrolamento dos indivíduos que estão em determinadas condições, previstas por lei, para desempenhar certos serviços.

Reinol – que nasceu em um reino, especialmente no reino de Portugal, no período colonial. Geralmente esse reinol era um comerciante português.

Revés – situação adversa (contrária), lado desfavorável.

Revista do Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro – é a mais antiga e tradicional entidade de incentivo à pesquisa e preservação histórico-geográfica, cultural e de ciências sociais do Brasil. Circulando regularmente desde 1839, a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade trimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais.

Sacramento – ato ou sinal sagrado (batismo, casamento, comunhão).

Santo ofício – tribunal de inquisição; grupo de instituições dentro do sistema jurídico da Igreja Católica, cujo objetivo era combater a heresia.

Soldo – salário de militar, pagamento a quem presta serviço, nome dado a antigas moedas portuguesas.

Súdito – que está submetido à autoridade de um rei ou soberano.

Tapuia – modo como os portugueses chamavam os índios brasileiros que não falavam o tupi; filho de branco e índia; índio aculturado por ter sido submetido ao branco.

Tetrarquia – referente a quatro partes de um exército e seus chefes.

Trincheira – escavação a céu aberto, usada para proteção ou abrigo de soldados em combate.

Varonil – referente a varão (qualidade masculina), destemido, esforçado, valoroso.

Vassalo – aquele que está submetido a um senhor ou soberano, que lhe demonstra respeito ou lhe paga tributo.

Verbete – palavra listada em um dicionário, com seus respectivos significados.

Vulto nacional – personagem ou figura ilustre da nação, importante, com significado considerável.

REFERÊNCIAS

FONTES

- BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (trad). 2. ed. Recife, 1980.
- CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 4a ed. Recife, Fundarpe, 1985, 2 V (Coleção Pernambucana – 2a fase, 13).
- COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da guerra do Brasil*. Recife, Fundação da Cultura Cidade de Recife, 1982 (Coleção Recife, 12).
- COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Ed.Fac-similada. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura.Cidade do Recife, 1981.
- JESUS, frei Rafael de. *Catrioto Lusitano*. Lisboa, 1679.
- LAET, J. de. *Primeiro Livro da História ou Anais dos feitos*. Recife, 1874.
- SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*. Recife, Fundarpe, 1984

DOCUMENTOS PUBLICADOS

- Cartas tupis dos Camarões, traduzidas por Alfredo de Carvalho e publicadas na RIAP, em 1906. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.
- “Declaração” de Pedro Poti, anotada por Kilian de Resenlaer, em 1628. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1907. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.
- Dois índios notáveis e parentes próximos, (cartas de Poti e Camarão). Edição e trad. port. Pedro Souto Maior. RIAP, 26:61-72, 1912. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.
- Processo de Manoel de Moraes. RIHGB. nº 70, 1908. p. 1-165.
- Requerimentos de Parauapaba. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.

BIBLIOGRAFIA: LIVROS E ARTIGOS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

- CERRI, L. F. "Saberes históricos diante da avaliação do ensino: nota sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Traduzido por Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro: A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado", *Estudos Históricos*, v. 1, n. 25, 2000.
- ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 16a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- GONTIJO, Rebeca. "Identidade nacional e ensino de História: a diversidade como patrimônio sociocultural". In: Martha Abreu; Rachel Soihet. (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lucia; ALMEIDA, Anita Correia Lima De. *Para Conhecer Chica da Silva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- HARTOG, François. "Tempos do Mundo, História, Escrita da História". In: GUIMARÃES, M. L.S. (Org.). *Estudos sobre Escrita da História*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- HEYMANN, Luciana. "O 'devoir de mémoire' na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos". Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- KNAUSS, Paulo. "O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história". In: *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, v. 25, p. 279-295, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Topbooks. 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada (1975)*. 2ª ed. Rio de Janeiro, TopBooks, 1998.
- ELLO, J.A.Gonsalves de. *Restauradores de Pernambuco: biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira*. Recife, Imprensa Universitária, 1967.
- MELLO, J.A.Gonsalves de. *O Tempo dos Flamengos*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Topbooks, 1987.
- RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SCHALKWIJK, Frans Leonard. "Índios Evangélicos no Brasil Holandês". s/d.
- SCHWARCZ, Lilian Mortiz. "Uma história de "diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX". In: *O espetáculo das raças; cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

- SCHUMA, Schumacher. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2001.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de história através dos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Org.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDUFRRN, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs). *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro, Objetiva. 2008
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1654*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.
- VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1959.
- WITTMANN, Luisa Tombini (org). *Ensino De História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

SITES E CRÉDITOS DAS IMAGENS

- Guia Geográfico – Cidade de Salvador. Página 13.
<http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/colorizada.htm>
- Guia Geográfico – Mapas do Brasil. Página 10-11 e 22.
<http://www.brasil-turismo.com/mapas/nordeste-historico.htm>
- Heroínas de Tejucupapo. Página 15.
<http://heroínastejucupapo.blogspot.com.br/>
- História do Nordeste do Brasil. Página 20.
<https://tokdehistoria.com.br>
- Museu do Estado de Pernambuco.
<http://www.museudoestadope.com.br>
- Pernambuco em Velhos Mapas. Página 27.
<http://www.luizberto.com/esquina-leonardo-dantas-silva/pernambuco-em-velhos-mapas>
- Povos indígenas no Brasil
<https://pib.socioambiental.org/pt>
- Vento Nordeste, Página 14.
<http://papjerimum.blogspot.com.br/2012/03/clara-camarao-nossa-primeira-guerreira.html>
- Wikimedia. Foto da Capa. Página 8, 46, 56.
https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page
- Wikipédia. Página 38, 42, 43, 53, 54, 55.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Pr%C3%A9via_principal

Nota: Todas as imagens estão em domínio público.

AGRADECIMENTOS

Este livro paradidático é fruto do mestrado profissional em Ensino de História (Profhist), iniciado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2014. Sendo assim, muitas pessoas contribuíram para a sua elaboração, pessoas a quem serei eternamente grato.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha esposa Carla, que me ajudou muito na redação e na revisão técnica. Eternamente grato, meu amor.

À minha orientadora, Larissa Viana, um agradecimento especial. Por sempre me incentivar a continuar estudando o personagem do livro. Suas críticas rápidas e certeiras, mas sempre generosas, me ajudaram muito na elaboração deste trabalho.

Aos professores do Mestrado Profissional, Paulo Knauss, Keila Grinberg e Martha Abreu, sou grato pelas importantes indicações de leitura e pelas sugestões fundamentais para o desenvolvimento deste paradidático.

À professora Angela de Castro Gomes pelos ensinamentos, orientação e atenção, sendo fundamental na elaboração do projeto de mestrado.

Aos professores e funcionários da Pós-Graduação em História do Brasil, em especial, destaco: Prof. Pedro Campos, um grande amigo e me ajudou muito no concurso do Mestrado Profissional; Prof. Eder Ribeiro, por ter sido um coordenador participativo e amigo; Prof^ª. Letícia dos Santos Ferreira, pela atenção e gentileza em aceitar me orientar na pós-graduação e na produção de um artigo sobre Felipe Camarão.

Aos diretores das escolas em que leciono, Kimie Serpa, Jaqueline Barcellos, Aline Carvalho, Felipe Prima, Fernando Severo e Waldyr Bedê, que tiveram consideração, generosidade e apoiaram sempre os meus estudos.

Ao designer Maurício Santos pela atenção, paciência e o ótimo trabalho desenvolvido.

Aos meus pais, meu irmão e minha cunhada, Maurício, Ivonete, Maurit e Luciana. Tenho certeza de que estão muito felizes por esse momento.

Aos meus sogros, cunhada e concunhado, José Roberto, Conceição, Tatiana e Jorge. Um apoio emocional fundamental nessa trajetória.

Por fim, agradeço em especial a alguns alunos e ex-alunos que tiveram a paciência e o interesse de ler o livro no seu estágio inicial. Em especial, Andressa Soares, Amanda Moreira e Gabriel Santos.



A história
do índio

Antônio Felipe (Poti) Camarão

Igor
Fagundes

Considerações Finais

É importante constatar que a lei 11.645/08, que torna obrigatório, no currículo da educação básica, o estudo da história e da cultura indígena, é fruto das demandas dos povos indígenas que reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos. Esse novo cenário político é resultado da organização e mobilização de diferentes movimentos sociais, que lutam para promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país plural e múltiplo.

É de suma importância ter um olhar mais cuidadoso sobre os índios, mostrando que estes tinham suas próprias motivações e que foram ativos na construção do processo histórico. O objetivo é que o público-alvo reflita sobre os direitos indígenas às suas terras, procurando enxergar as mobilizações e as leis em torno dessa questão.

Atualmente, a discussão sobre diversidade cultural já é uma realidade educacional. Este é o cenário ideal para tentar uma aproximação efetiva com o universo sociocultural indígena, buscando superar desinformações, equívocos e a ignorância, que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas. Para isso, é fundamental a formação continuada dos professores e a inclusão da temática nas capacitações, seminários e cursos, estimulando o conhecimento sobre esses povos.

A grande questão foi romper com a ideia do índio genérico, passando a tratar das especificidades étnicas e retirar os grupos indígenas de um lugar secundário nesse mundo colonial. Já não podemos mais, então, dizer que todos os índios falam a mesma língua, ou que os índios do Brasil têm as mesmas formas de organização social. Faz-se necessário considerarmos as diversidades culturais de cada povo.

O livro procurou, a partir de uma nova abordagem sobre a vivência no mundo colonial, desmontar alguns estereótipos sobre as relações de aliança e colaboração dos índios com os europeus. Ao leitor, foi apresentada a história do índio Felipe Camarão e de seus familiares, no contexto das guerras pernambucasas do século XVII. Decerto que é fundamental que outras histórias de índios sejam escritas para inserir, de forma efetiva, a temática na educação.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (trad). 2. ed. Recife, 1980.

CALADO, Manoel. *O valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. 4a ed. Recife, Fundarpe, 1985, 2 V (Coleção Pernambucana – 2a fase , 13).

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da guerra do Brasil*. Recife, Fundação da Cultura Cidade de Recife, 1982 (Coleção Recife, 12).

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Ed.Fac-similada. Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura.Cidade do Recife, 1981.

JESUS, frei Rafael de. *Castrioto Lusitano*. Lisboa, 1679.

LAET, J. de. *Primeiro Livro da História ou Anais dos feitos*. Recife, 1874.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*. Recife, Fundarpe, 1984

Documentos publicados:

Cartas tupis dos Camarões, traduzidas por Alfredo de Carvalho e publicadas na RIAP, em 1906. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.

“Declaração” de Pedro Poti, anotada por Kilian de Resenlaer, em 1628. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1907. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.

Dois índios notáveis e parentes próximos, (cartas de Poti e Camarão). Edição e trad. port. Pedro Souto Maior. RIAP, 26:61-72, 1912. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.

Processo de Manoel de Moraes. RIHGB. nº 70, 1908. p. 1-165.

Requerimentos de Paraupaba. Fastos Pernambucanos. SOUTO, Maior Pedro. In: RIHGB.

Bibliografia: Livros e artigos

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, M. R. Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

CERRI, L. F. “Saberes históricos diante da avaliação do ensino: nota sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Traduzido por Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro: A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado”, *Estudos Históricos*, v. 1, n. 25, 2000.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 16a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

GONTIJO, Rebeca. “Identidade nacional e ensino de História: a diversidade como patrimônio sociocultural”. In: Martha Abreu; Rachel Soihet. (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

GRINBERG, Keila; GRINBERG, Lucia; ALMEIDA, Anita Correia Lima De. *Para Conhecer Chica da Silva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

HARTOG, François. “Tempos do Mundo, História, Escrita da História”. In: GUIMARÃES, M. L.S. (Org.). *Estudos sobre Escrita da História*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HEYMANN, Luciana. “O ‘devoir de mémoire’ na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

KNAUSS, Paulo. “O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história”. In: *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, v. 25, p. 279-295, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, Topbooks. 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada* (1975). 2ª ed. Rio de Janeiro, TopBooks, 1998.

MELLO, J.A.Gonsalves de. *Restauradores de Pernambuco: biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira*. Recife, Imprensa Universitária, 1967.

MELLO, J.A.Gonsalves de. *O Tempo dos Flamengos*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Topbooks, 1987.

RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. “Índios Evangélicos no Brasil Holandês”. s/d.

SCHWARCZ, Lilian Mortiz. “Uma história de “diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX”. In: *O espetáculo das raças; cientistas sociais e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

SCHUMA, Schumacher. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2001.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de história através dos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Org.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDUFRRN, 2008.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs). *Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro, Objetiva. 2008

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 até 1654*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.

VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1959.

WITTMANN, Luisa Tombini (org). *Ensino De História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.